



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Bráulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR**
- 2 - ATAS**
 - 2.1 - Reuniões de Comissões
- 3 - ORDENS DO DIA**
 - 3.1 - Plenário
 - 3.2 - Comissões
- 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 - Comissões
- 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (PMDB)
* Adalclever Lopes
Agostinho Célio Andrade Patrus (PV)
* Agostinho Patrus Filho
Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)
* Alencar da Silveira Jr.
Anselmo José Gomes Domingos (PTC)
* Anselmo José Domingos
Antônio Carlos Arantes (PSDB)
* Antônio Carlos Arantes
Antônio Carlos Silva Nunes (PMDB)
* Tony Carlos
Antônio dos Reis Gonçalves Lerin (PSB)
* Antonio Lerin
Antonio Jorge de Souza Marques (PPS)
* Antonio Jorge
Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)
* Arlen Santiago
Arlete Gonçalves Santos Magalhães (PTN)
* Arlete Magalhães
Arnaldo Silva Júnior (PR)
* Arnaldo Silva
Bráulio José Tanus Braz (PTB)
* Bráulio Braz
Carlos Henrique Alves da Silva (PRB)
* Carlos Henrique
Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)
* Carlos Pimenta
Cassio Antonio Ferreira Soares (PSD)
* Cássio Soares
Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira (PMDB)

* Celise Laviola
Cristiano Tadeu da Silveira (PT)
* Cristiano Silveira
Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)
* Dalmo Ribeiro Silva
Deiró Moreira Marra (PR)
* Deiró Marra
Dilzon Luiz de Melo (PTB)
* Dilzon Melo
Dirceu dos Santos Ribeiro (PHS)
* Dirceu Ribeiro
Durval Ângelo Andrade (PT)
* Durval Ângelo
Elismar Fernandes Prado (PT)
* Elismar Prado
Emidio Alves Madeira Junior (PTdoB)
* Emidinho Madeira
Fabiano Galletti Tolentino (PPS)
* Fabiano Tolentino
Fábio José de Oliveira (PTdoB)
* Fábio de Avelar
Felipe José Fonseca Attiê (PP)
* Felipe Attiê
Frederico Borges da Costa (PEN)
* Fred Costa
Geisa Gomes Pereira Teixeira (PT)
* Geisa Teixeira
Gilberto Aparecido Abramo (PRB)
* Gilberto Abramo
Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)
* Gil Pereira
Glycon Moreira Franco (PTN)
* Glaycon Franco
Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PSDB)
* Gustavo Valadares
Gustavo de Faria Dias Corrêa (DEM)
* Gustavo Corrêa
Hely Tarquínio (PV)
* Hely Tarquínio
Inácio Franco (PV)
* Inácio Franco
Ione Maria Pinheiro (DEM)
* Ione Pinheiro
Iran Almeida Barbosa (PMDB)
* Iran Barbosa
Isauro José de Calais Filho (PMN)
* Isauro Calais
Ivaír Nogueira do Pinho (PMDB)
* Ivaír Nogueira
Jean Mark Freire Silva (PT)
* Doutor Jean Freire
Jeferson Douglas Soares Estanislau (PSC)
* Douglas Melo
João Alberto Paixão Lages (PMDB)
* João Alberto
João Bosco (PTdoB)
* Bosco
João Leite da Silva Neto (PSDB)
* João Leite
João Lúcio Magalhães Bifano (PMDB)
* João Magalhães
João Vítor Xavier Faustino (PSDB)

* João Vítor Xavier
José Bonifácio Mourão (PSDB)
* Bonifácio Mourão
José Célio de Alvarenga (PCdoB)
* Celinho do Sinttrocel
Júlio César Gomes dos Santos (PMDB)
* Cabo Júlio
Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PSDB)
* Lafayette de Andrada
Leandro Andrade Genaro Oliveira (PSB)
* Leandro Genaro
Leonardo Morreale Diniz Portela (PR)
* Léo Portela
Leonídio Henrique Correa Bouças (PMDB)
* Leonídio Bouças
Luiz Fábio Cherem (PSD)
* Fábio Cherem
Luiz Humberto Carneiro (PSDB)
* Luiz Humberto Carneiro
Márcio José Machado Oliveira (PTB)
* Missionário Márcio Santiago
Marília Aparecida Campos (PT)
* Marília Campos
Mário Henrique da Silva (PCdoB)
* Mário Henrique Caixa
Mirian Cristina Corrêa Alves (PT)
* Cristina Corrêa
Nacib Duarte Bechir (PSD)
* Duarte Bechir
Neilando Alves Pimenta (PP)
* Neilando Pimenta
Noraldino Lucio Dias Júnior (PSC)
* Noraldino Júnior
Paulo Roberto Lamac Júnior (PT)
* Paulo Lamac
Raimundo Nonato de Barcelos (PDT)
* Nozinho
Ricardo Rocha de Faria (PCdoB)
* Ricardo Faria
Roberto Dias de Andrade (PTN)
* Roberto Andrade
Rogério Correia de Moura Baptista (PT)
* Rogério Correia
Rosângela de Oliveira Campos Reis (PROS)
* Rosângela Reis
Thiago Fellipe Motta Cota (PPS)
* Thiago Cota
Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)
* Tiago Ulisses
Tito Bruno Miranda Torres Duarte (PSDB)
* Tito Torres
Ulysses Gomes de Oliveira Neto (PT)
* Ulysses Gomes
Vanderlei Andrade Miranda (PMDB)
* Vanderlei Miranda
Wander José Goddard Borges (PSB)
* Wander Borges
Washington Fernando Rodrigues (PDT)
* Sargento Rodrigues
Wilson Roberto Batista (PSD)
* Doutor Wilson Batista
Observação: o nome parlamentar está indicado por asterisco.



- Relação publicada em atendimento ao disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno e republicada nesta edição em virtude de incorreções verificadas na edição de 7/2/2015, nas págs. 1 a 4.



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/3/2015

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e apreciar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Angelo Oswaldo de Araújo Santos, presidente do Instituto Brasileiro de Museus, publicada no *Diário do Legislativo* de 8/1/2015, em que comunica a realização da 13ª Semana Nacional de Museus; Cristiano dos Santos, em que solicita a inclusão do festival Tudo É Jazz e outros no calendário do Estado; e-mail do Sr. Marcos Antônio de Oliveira Baltazar, em que solicita seja instituído concurso para as melhores composições de músicas de capoeira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 53, 152 e 153/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 373/2015, das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e dos deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Estado de Cultura com a finalidade de conhecer os programas, projetos e o planejamento da área para os próximos anos.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 375/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as implicações do Projeto de Lei nº 757/2011, de autoria da deputada federal Jandira Feghali, que institui como política nacional de estado o programa Cultura Viva;

nº 376/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a gratuidade do acesso a eventos culturais no estado para os músicos inscritos na Ordem dos Músicos de Minas Gerais;

nº 377/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado convite ao Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura, para apresentação dos programas estruturadores que nortearão a gestão das políticas culturais do Estado;

nº 378/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os critérios e formas utilizadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais para decretar o tombamento de mais de 200 imóveis no Município de Oliveira;

nº 379/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ofício ao presidente desta Casa solicitando que o portal *Domínio Público* possa ser divulgado nos diversos veículos de comunicação da Assembleia, de modo a ampliar o acesso à maior biblioteca virtual do Brasil;

nº 380/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Educação pedido de informação sobre o cronograma das obras de restauração e reforma da Escola Estadual Paula Rocha, localizada no Município de Sabará;

nº 381/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a preservação e a manutenção do patrimônio histórico e cultural das cidades históricas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 2015.

Bosco, presidente - Cristina Corrêa - Ione Pinheiro - Thiago Cota - Wander Borges.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/3/2015

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Roberto Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e a votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 14 e 26/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:



nº 412/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação das empresas receptoras no Estado;

nº 421/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a ampliação do distrito industrial de Ipatinga;

nº 422/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o cenário em que se encontra o turismo no Vale do Aço, bem como formas de incrementá-lo;

nº 427/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir as implicações, para o Estado e para o Vale do Aço e sua região metropolitana, da implantação, no Município de Ipatinga, do projeto-piloto de Arranjos Produtivos Locais anunciada pela Petrobras;

nº 429/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o cenário do turismo nos Vales dos Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce e as formas de incrementá-lo;

nº 431/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Turismo pedido de providências para a criação de uma superintendência regional da Secretaria de Turismo na região do Circuito das Águas, para o fortalecimento das ações de fomento das atividades turísticas na região;

nº 433/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Capitólio para debater os reflexos da crise hídrica e seu desdobramento, bem como as ações desenvolvidas em prol do fortalecimento do turismo da região, sobretudo, no Lago de Furnas, que vem sendo diretamente afetado pelos reflexos da seca;

nº 435/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Dolores do Campo para debater e apresentar estratégias e sugestões para o desenvolvimento e fortalecimento da economia local, bem como seus reflexos para a economia nacional, levando em conta que o município é o maior fabricante de selas para montaria do País;

nº 437/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja audiência pública para discutir os efeitos da Resolução SEF nº 4751, de 9/2/2015, que dispõe sobre a atividade especial de padronização dos tratamentos tributários diferenciados;

nº 439/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária em Uberlândia para debater, em audiência pública, a guerra fiscal entre Minas Gerais e estados limítrofes;

nº 440/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada visita aos secretários de Estado da Fazenda e de Desenvolvimento Econômico, com a finalidade de apresentar os membros desta comissão e discutir os planos, programas e políticas estaduais, regionais e setoriais para o desenvolvimento econômico das áreas industrial, comercial, de serviços, de turismo e de cooperativismo;

nº 441/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê, Antônio Lerin, Fábio de Avelar, Wander Borges e Roberto Andrade, em que solicitam seja encaminhado ofício ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais solicitando seja alterada a nomenclatura da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para Comissão de Desenvolvimento Econômico, conforme Substitutivo nº 1, do Projeto de Resolução nº 4488/2013, que foi arquivado em virtude do encerramento da 17ª Legislatura;

nº 442/2015, do deputado Roberto Andrade, em que solicita seja realizada audiência pública no Centro de Arte Contemporânea Inhotim, em Brumadinho, para debater os problemas da hotelaria e do turismo após a Copa do Mundo;

nº 443/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública na região Sudoeste mineira para discutir, em audiência pública, os impactos da seca nos empreendimentos agropecuários, industriais e agroindustriais e suas consequências negativas na economia da região;

nº 444/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o impacto da greve dos caminhoneiros, ocorrida em 14 estados, no comércio, indústria e nas relações cooperativistas;

nº 445/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o impacto da seca nas atividades produtivas industriais e comerciais, bem como aprofundar o conhecimento dos projetos de sustentabilidade Produção de Água e Conservador das Águas, já implementados nos Municípios de Coimbra, Uberaba e Extrema;

nº 446/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a crise do setor hoteleiro e de hospedagens em Belo Horizonte;

nº 447/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Juiz de Fora para debater a guerra fiscal e o fortalecimento da indústria, buscando soluções para a política fiscal na Zona da Mata;

nº 448/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada visita ao Município de Campo Florido durante a 7ª Canacampo Tech Show;

nº 449/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Campo Florido para debater a situação do setor sucroenergético do Estado durante a 7ª Canacampo Tech Show;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos;

Sala das Comissões, 17 de março de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Fábio de Avelar - Roberto Andrade.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/3/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 59/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, que solicita a inserção nos anais da Casa da publicação dos poemas: *Totem para homo zapping* e *4 quartetos*, publicados no caderno *Ilustríssima* do jornal *Folha de S. Paulo*, em 1º/2/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 3/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues para o cargo de presidente da Fundação João Pinheiro. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.496/2014, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015, para o exercício 2015. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 32 e 33, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 36 a 38, 40, 42 a 45, 47 a 54, 56 a 58 e 61 a 82, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 31, 39, 41, 46, 55, 59 e 60 e com as Emendas nºs 84 a 144, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 25, 34, 35 e 83. A Emenda nº 31, apresentada por parlamentar, e as Emendas nºs 39, 41, 46, 55, 59 e 60, apresentadas pela Comissão de Participação Popular, ficam prejudicadas pela aprovação das respectivas subemendas. A Emenda nº 1 fica prejudicada pela aprovação da Emenda nº 52; a Emenda nº 2 fica prejudicada pela aprovação da Emenda nº 46; e a Emenda nº 26 fica prejudicada pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 60. As Emendas nºs 27 a 30 foram retiradas pelo autor.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.497/2014, do governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 24/3/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 244, 245, 270, 296 e 298/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 246, 263 a 269, 283, 291 a 294/2015, do deputado Cabo Júlio; 247/2015, da Comissão de Direitos Humanos; 252/2015, dos deputados Douglas Melo, Anselmo José Domingos, Noraldino Júnior, Leandro Genaro e Glaycon Franco; 262/2015, do deputado Noraldino Júnior; 271/2015, dos deputados Douglas Melo, Anselmo José Domingos, Emidinho Madeira, Noraldino Júnior, Leandro Genaro e Glaycon Franco; 305/2015, do deputado Antônio Jorge.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/3/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.



Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 9, 28, 29/2015, do deputado Fred Costa; 132/2015, do deputado Fred Costa e do deputado Anselmo José Domingos; 160/2015, do deputado Fred Costa; 220/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 6/2015, do deputado Fred Costa; 7/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos; 8/2015, do procurador-geral de justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 12 e 275/2015, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 24/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 197/2015, do deputado Roberto Andrade; 277/2015, da deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento n° 299/2015, do deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 164/2015, do deputado Douglas Melo, 254/2015, do deputado Duarte Bechir, e 276/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 274/2015, do deputado Fábio de Avelar, e 275/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 24/3/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 24/3/2015, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e das Indicações nºs 2/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais; e 3/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Roberto do Nascimento Rodrigues para o cargo de presidente da Fundação João Pinheiro; e do Requerimento nº 59/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, que solicita a inserção nos anais da Casa da publicação dos poemas: *Totem para homo zapping* e *4 quartetos*, publicados no caderno *Ilustríssima* do jornal *Folha de S. Paulo*, em 1º/2/2015; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 5.496/2014, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015, para o exercício 2015; e 5.497/2014, do governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de março de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião de audiência pública a ser realizada em 24/3/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a interrupção de repasse de recursos por parte do Estado em benefício de alunos com necessidades educacionais especiais e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2015.

Fred Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Evaldo Ferreira Vilela para o Cargo de Presidente da Fapemig

Nos termos regimentais, convoco os deputados Douglas Melo, Antônio Carlos Arantes, Dirceu Ribeiro e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/3/2015, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do Sr. Evaldo Ferreira Vilela para o cargo de presidente da Fapemig, de discutir e votar o parecer para o turno único do Indicação nº 5/2015, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de março de 2015.

Leonídio Bouças, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

(Novo Parecer, conforme Acordo de Líderes)
Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório

Em atendimento ao disposto no art. 68, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição mineira, o governador do Estado encaminhou a esta Casa, por meio da Mensagem nº 706/2014, o projeto de lei em epígrafe, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015.

Publicado em 2/10/2014, foi o projeto distribuído a esta comissão para receber parecer, em conformidade com o art. 160 da Constituição do Estado e com o art. 204 do Regimento Interno.

Em obediência ao rito regimental previsto no § 2º do art. 204, foi concedido prazo de vinte dias para a apresentação de emendas, o qual foi prorrogado por Acordo de Líderes. Foram recebidas, nesse período, 477 emendas.

Em análise de mérito, esta comissão concluiu pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 8, 14 a 20, 38 a 40, 42 a 48, 51 a 87, 89, 91 a 112, 118 a 127, 136 a 150, 153 a 173, 176 a 210, 212, 215 a 228, 234, 244 a 258, 266 a 320, 322 a 383, 385 a 388, 390, 391, 403 a 405, 410, 411, 416 a 426, 468 a 471 apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 427 a 463, 465 e 466, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com a Emenda nº 214, apresentada pela Comissão Extraordinária das Águas; com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 213 e com as Emendas nºs 478 a 528, apresentadas por esta comissão; e pela rejeição das Emendas nºs 9 a 13, 21 a 37, 41, 49, 50, 88, 90, 113 a 117, 128 a 135, 151, 152, 174, 175, 211, 229 a 233, 235 a 243, 259 a 265, 321, 384, 389, 392 a 402, 406 a 409, 412 a 415, 467, 472 a 477. Vale destacar que a Emenda nº 213 ficou prejudicada pela aprovação da respectiva subemenda e que a Emenda nº 464 foi retirada pelo autor.

Em virtude do Acordo de Líderes firmado em 11/3/2015, retorna a matéria a esta comissão para novo parecer, tendo em vista a necessidade de adequações do projeto à situação econômica do País.

Fundamentação

O projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA – para o exercício fiscal de 2015 – Projeto de Lei nº 5.497/2014 – foi encaminhado pelo governador do Estado à Assembleia Legislativa conforme dispõem o art. 160 da Constituição do Estado e o art. 204 do Regimento Interno, por meio da Mensagem nº 706/2014.

Grandes Números

O PLOA estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015 conforme quadro abaixo:

MINAS GERAIS – Projeto de Lei de Orçamento Anual do Estado 2014 e 2015 – Valores Atualizados			
R\$ mil			
Descrição	PLOA 2014	PLOA 2015	Variação (%)
TOTAL	85.569.447	91.015.553	6,36%
Orçamento Fiscal	69.327.672	72.427.283	4,47%
Receitas e Despesas Intraorçamentárias	9.439.365	10.927.706	15,77%
Orçamento de Investimento das Empresas Controladas	6.802.410	7.660.565	12,62%

Fonte: Projetos de Lei Orçamentária 2014 e 2015.
Nota: Para 2014 e 2015 foram utilizados os parâmetros macroeconômicos constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias de Minas Gerais para 2015.

A proposta orçamentária para 2015 prevê recursos da ordem de R\$91,02 bilhões, correspondendo a um crescimento real de 6,36% em relação à proposta orçamentária para 2014. O Orçamento Fiscal, no montante de R\$72,43 bilhões, estima um crescimento real de 4,47% das receitas e despesas. Observa-se que grande parte do aumento da proposta orçamentária advém do crescimento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias, que são aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal, estimado em 15,77%. O Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado também prevê um crescimento significativo: 12,62%, considerando nesse cálculo a inflação estimada no período.

Parâmetros Macroeconômicos

Conforme a exposição de motivos do projeto, a estimativa de receita e despesa para 2015 teve como base os parâmetros utilizados e divulgados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União – PLDO 2015 –, sintetizados no quadro abaixo.



Projeções das Variáveis Macroeconômicas				
Parâmetro	2014	2015	2016	2017
Crescimento real do PIB (%)	2,50	3,00	4,00	4,00
IPCA (var. % acumulada)	5,30	5,00	4,50	4,50
IGP-DI (var. % acumulada)	6,03	5,50	5,19	5,00
INPC (var. % acumulada)	5,30	5,00	4,50	4,50
Taxa Selic (% média acumulada a.a.)	10,73	10,66	10,71	10,62

Fonte: Informativo conjunto nº 1/2014 do PLDO 2015 da União – Congresso Nacional.

Os parâmetros utilizados para o exercício de 2015 foram revistos quando comparados com os parâmetros utilizados em 2014. Ainda assim, convém destacar que eles divergem dos calculados pelo mercado, de acordo com o relatório de mercado *Focus*, do Banco Central, de 14/11/2014. Segundo esse relatório, as projeções de inflação para 2015, medidas pelo IPCA e pelo IGP-DI, atingem um percentual de 6,40% e 5,57%, respectivamente. No caso do crescimento do PIB, a estimativa alcança 0,80% para esse mesmo ano. Verifica-se, dessa forma, que os parâmetros macroeconômicos projetados pela União estão mais otimistas quando comparados com os estimados pelo mercado.

Receita prevista

As receitas previstas no Orçamento Fiscal são discriminadas em Receitas Correntes, Receitas de Capital, Receita Intraorçamentária e Deduções da Receita Corrente. Como se observa no quadro abaixo, as Receitas Correntes têm preponderância no total de receitas previstas, estimando-se uma arrecadação de R\$76,91 bilhões para 2015. Quanto às Receitas de Capital, espera-se que tenham diminuição real de 21,32% em relação ao previsto em 2014, atingindo R\$3,55 bilhões em 2015, principalmente devido à redução das operações de crédito.

MINAS GERAIS – Detalhamento da Receita Fiscal – valores atualizados				
R\$ mil				
Descrição da Receita	PLOA 2014	PLOA 2015	Varição Anual (%)	Participação (%)
Receitas Correntes	72.556.957	76.914.915	6,01%	92,27%
Receitas de Capital	4.513.914	3.551.528	-21,32%	4,26%
Receita Intraorçamentária	9.439.365	10.927.706	15,77%	13,11%
Deduções da Receita Corrente	-7.743.200	-8.039.161	3,82%	-9,64%
Total	78.767.036	83.354.989	5,82%	100,00%

Fonte: Projetos de Lei Orçamentária 2014 e 2015.
Nota: Para 2014 e 2015 foram utilizados os parâmetros macroeconômicos constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias de Minas Gerais para 2015.

Despesa Fiscal

A despesa total prevista para 2015 é de R\$72,43 bilhões, descontadas as despesas intraorçamentárias, que são aplicações diretas decorrentes de operações entre os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal, sendo estimadas em R\$10,93 bilhões na proposta de LOA 2015.

Da despesa total, R\$30,69 bilhões são provenientes de recursos ordinários (fonte 10) e R\$41,74 bilhões de recursos vinculados, o que evidencia o grande montante de despesas provenientes de obrigações constitucionais e legais. Cabe destacar também que, quando comparado com o projeto de lei orçamentária de 2014, houve um aumento nas despesas com recursos ordinários e vinculados da ordem de 16% e 5%, respectivamente.

No quadro a seguir, estão explicitados os valores programados por grupo de despesa e sua comparação com o programado em 2014.

MINAS GERAIS – Despesa Fiscal por Grupo de Despesa PLOA 2014- PLOA 2015 – Valores Atualizados				
R\$ mil				
Grupo de Despesa	PLOA 2014	PLOA 2015	Varição Anual %	Participação %
3 Despesas Correntes	57.972.075	62.278.474	7,43%	85,99%
1 Pessoal e Encargos Sociais	32.404.891	34.684.340	7,03%	47,89%



2	Juros e Encargos da Dívida	2.872.033	3.244.975	12,99%	4,48%
3	Outras Despesas Correntes	22.695.151	24.349.159	7,29%	33,62%
	3.1 Custeio	10.616.251	11.617.157	9,43%	16,04%
	3.2 Transferências Constitucionais aos Municípios	12.078.900	12.732.002	5,41%	17,58%
4	Despesas de Capital	10.709.431	9.498.287	-11,31%	13,11%
4	Investimentos	6.264.656	6.195.251	-1,11%	8,55%
5	Inversões Financeiras	2.077.285	628.174	-69,76%	0,87%
6	Amortização da Dívida	2.367.490	2.674.862	12,98%	3,69%
9	Reserva de Contingência	646.165	650.522	0,67%	0,90%
	Total	69.327.672	72.427.283	4,47%	100,00%

Fonte: PLOA 2014 e 2015.

Notas: 1 – As “Transferências Constitucionais aos Municípios” foram separadas do grupo “Outras Despesas Correntes” somente para efeito didático. A diferença da equação foi designada “custeio”;

2 – Não foram consideradas despesas intraorçamentárias;

3 – Valores atualizados com base nos parâmetros macroeconômicos constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias de Minas Gerais para 2015;

4 – A coluna Variação Anual refere-se à variação da despesa prevista para 2015 em relação à prevista para 2014. A coluna Participação refere-se ao percentual do grupo na despesa fiscal total prevista para 2015.

5 – O grupo Reserva de Contingência considera a totalidade de recursos alocados na unidade orçamentária Reserva de Contingência, ou seja, o valor de R\$115.500.000,00 foi retirado da classificação Custeio e somado à Reserva de Contingência, conforme pág. 108 do Volume I do projeto de lei.

Orçamento de Investimento das Empresas Controladas

No Orçamento de Investimento das Empresas Controladas, para 2015, estão previstos R\$7,66 bilhões. A Cemig Distribuição S.A., a Cemig Geração e Transmissão S.A. e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – continuam sendo as empresas com a maior mobilização de recursos. Juntas, elas totalizam o equivalente a 93,17% do total do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas. Verifica-se, também, um aumento real de 12,62% em relação ao programado no ano anterior, especialmente devido à amortização de dívidas da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Limites Constitucionais e Legais

A obrigatoriedade de aplicação de recursos em áreas consideradas relevantes e a restrição do gasto em áreas sensíveis para o equilíbrio fiscal são determinadas por dispositivos constitucionais e legais. Tais aplicações e restrições devem ser observadas na programação e na execução da lei orçamentária. O PLOA 2015 traz os demonstrativos de cumprimento dos limites na programação, analisados a seguir.

Gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE

O total de despesas com o MDE previsto na proposta é de R\$10,35 bilhões, representando 25,04% da receita resultante de impostos considerada para o cálculo.

Na tabela a seguir, nota-se uma redução em valores absolutos dessa despesa no PLOA 2014 em relação à proposta para 2013, devido à exclusão, no cômputo da despesa, dos benefícios previdenciários do setor, conforme Termo de Ajustamento de Gestão realizado pelo Executivo com o Tribunal de Contas do Estado.

Comparando-se o PLOA 2015 com a proposta de 2014, o percentual de aplicação de recursos ficou constante, com um pequeno aumento de 0,04 pontos percentuais.

MINAS GERAIS – Aplicação de Recursos na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino 2003-2015 – Valores atualizados			
R\$ mil			
Ano	Receita Resultante de Impostos (A)	Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B)	Percentual de Aplicação da Receita Resultante de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (C = B/A)
2003	32.592.009	8.347.941	25,61%
2004	33.998.815	9.857.867	28,99%
2005	35.522.219	10.445.278	29,40%
2006	36.575.964	11.041.642	30,19%



2007	37.983.164	11.085.849	29,19%
2008	41.143.187	11.875.483	28,86%
2009	36.398.109	10.260.105	28,19%
2010	38.891.211	10.681.156	27,46%
2011	37.618.589	11.759.585	31,26%
2012	36.796.007	11.992.727	32,59%
2013	38.927.887	11.650.567	29,93%
2014	39.436.024	9.859.968	25,00%
2015	41.321.728	10.345.172	25,04%

Fonte: Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais e *site* <http://www.fazenda.mg.gov.br> para os dados de 2012 (acesso em 20/3/2013). PLOA 2013 a 2015 para os dados dos anos respectivos.

Notas:

1 – Deve ser aplicado, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212 da CF);

2 – Valores de 2014 e 2015 são os programados. Para os demais anos, executados;

3 – Na PLOA 2014 foram excluídos do cômputo da despesa os gastos com benefícios previdenciários;

4 – Valores atualizados pelo IPCA até 31/12/2015, sendo utilizada a previsão para 2015 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de Minas Gerais para 2015.

Gastos com ações e serviços públicos de saúde – ASPS

O total de despesas com ASPS previsto na proposta é de R\$4,96 bilhões, representando 12% da receita de impostos e transferências consideradas para o cálculo.

Conforme a tabela abaixo, houve uma gradativa redução no percentual de aplicação desde 2010. Parte da queda é explicada pelas regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 2012, que regulamentou os componentes do gasto com ASPS, excluindo itens historicamente contabilizados pelo Estado, como investimentos em saneamento e benefícios previdenciários do setor, estes também excluídos em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Gestão realizado pelo Executivo com o Tribunal de Contas do Estado.

MINAS GERAIS – Aplicação de Recursos em ASPS 2003-2015 – Valores Atualizados			
R\$ mil			
Ano	Receita de Impostos e Transferências (A)	Despesas com Saúde (B)	Percentual de Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (C = B/A)
2003	20.528.988	2.075.036	10,11%
2004	22.640.094	2.752.721	12,16%
2005	25.000.422	3.081.814	12,33%
2006	26.550.800	3.503.907	13,20%
2007	28.801.287	3.833.031	13,31%
2008	33.038.791	4.333.207	13,12%
2009	30.488.736	4.135.350	13,56%
2010	34.502.076	4.289.781	12,43%
2011	35.543.362	4.369.518	12,29%
2012	36.796.007	4.481.307	12,18%
2013	38.927.884	4.671.346	12,00%
2014	39.436.021	4.732.322	12,00%
2015	41.321.725	4.958.632	12,00%

Fonte: Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais e *site* <http://www.fazenda.mg.gov.br> para os dados de 2012 (acesso em 20/3/2013). PLOA 2013 a 2015 para os dados dos anos respectivos.

Notas:

1 – A partir de 2004, deve ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios (art.77 do ADCT da CR);

2 – Valores de 2014 e 2015 são os programados. Para os demais anos, executados;
 3 – Valores atualizados pelo IPCA até 31/12/2015, sendo utilizada a previsão para 2015 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de Minas Gerais para 2015.

Limites legais para as Despesas com Pessoal

A despesa total com pessoal prevista na proposta é de R\$27,51 bilhões, representando 51,43% da Receita Corrente Líquida – RCL – para o exercício. Os gastos por Poder e para o Ministério Público e suas respectivas participações na RCL estão previstos conforme o quadro abaixo.

MINAS GERAIS – Participação da Despesa de Pessoal na RCL PLOA 2015			
R\$ mil			
Poderes	Previsto (Valores)	Participação na RCL Prevista (%)	Participação na RCL Limite LRF (%)
Legislativo (inclusive Tribunal de Contas)	1.068.639	2,00%	3,00%
Judiciário	2.911.378	5,44%	6,00%
Ministério Público	915.777	1,71%	2,00%
Executivo	22.618.554	42,28%	49,00%
Total – Todos os Poderes	27.514.348	51,43%	60,00%
Receita Corrente Líquida	53.502.183		
Fonte: PLOA 2015.			

O percentual previsto de participação da despesa de pessoal na RCL reflete a alteração promovida pela Portaria Conjunta nº 2, de 2010, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Essa portaria objetivou demonstrar a situação previdenciária dos entes da Federação a partir de uma reclassificação da receita e da despesa orçamentária do RPPS. A adoção dessa classificação permite excluir do montante da despesa com pessoal os recursos recebidos pelo RPPS decorrentes de aportes do Tesouro para a amortização de déficit atuarial desse regime. Tal alteração, que vem sendo adotada desde a LOA 2012, implicou uma redução substancial no valor apurado a título de despesa de pessoal para efeito do cumprimento do limite imposto pela LRF.

Processo Legislativo

Durante a tramitação da matéria, as Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Participação Popular e Comissões Temáticas desta Casa promoveram audiências públicas com o objetivo de discutir o projeto de lei do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2012-2015, revisão 2015, com a sociedade, bem como de colher sugestões para o seu aprimoramento. Esse processo resultou na apresentação, pela Comissão de Participação Popular, de 39 emendas ao PLOA.

Outras 437 emendas ao PLOA foram apresentadas pelos parlamentares e pela Comissão Extraordinária das Águas, além de uma emenda que foi retirada pelo respectivo autor. Tendo em vista as restrições de ordem constitucional e legal para a apresentação de emendas ao orçamento e a escassez de recursos ordinários livres, procedeu-se a um amplo acordo para se estabelecerem as prioridades dos parlamentares.

No dia 18/12/2014, em cumprimento ao disposto no art. 204, § 5º, do Regimento Interno, foi aprovado parecer nesta comissão, que concluiu pela aprovação de 431 emendas, sendo 39 da Comissão de Participação Popular, 340 de parlamentares, 1 da Comissão Extraordinária das Águas e 51 apresentadas pelo relator, e 1 subemenda.

Em seguida, o projeto foi encaminhado para apreciação do Plenário, em turno único.

No decorrer do processo, observou-se uma mudança importante nos parâmetros macroeconômicos que embasaram as projeções da receita e da despesa orçamentárias previstas no referido projeto. Por essa razão, a expectativa atual é de que as projeções que serviram de base para a elaboração da proposta orçamentária em análise não se materializem.

Dessa forma, tendo em vista a excepcionalidade do momento, bem como a competência constitucional desta comissão para apreciar as leis orçamentárias, seu presidente apresentou requerimento, posteriormente aprovado pela comissão, no qual solicitou ao presidente desta Casa o retorno da peça orçamentária para que fossem realizadas readequações da estimativa da receita e da fixação da despesa que compõem o referido projeto.

Tal solicitação foi acatada por Acordo de Líderes firmado em 11/3/2015, que deliberou pelo retorno do projeto a esta comissão, para emissão de novo parecer. Retornado o projeto, esta comissão, diante dos fatos econômicos supervenientes, entende ser necessário promover modificações na proposta orçamentária, preservando, no entanto, a análise e a conclusão apresentados no parecer anterior, no que diz respeito às emendas apresentadas no prazo regimental.

De fato, estudos realizados por esta comissão, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, demonstram que a receita fiscal prevista na proposta original não se materializará no contexto das novas perspectivas econômicas, mostrando-se superestimada diante da atual expectativa de arrecadação do Estado.

Quanto à despesa, verificou-se que os montantes fixados, especialmente para as despesas de pessoal do Poder Executivo e para a amortização da dívida, foram subestimados, com omissão de reajustes anteriormente concedidos e erros de estimativa do serviço da dívida a pagar no exercício, respectivamente.

Diante disso, esta comissão, ciente de seu inarredável dever constitucional de zelar pelo orçamento público e baseando-se nas premissas contidas no art. 166, §3º, III, “a” e “b”, da Constituição Federal, reiteradas no art. 160, III, “c”, 1 e 2, da Constituição Estadual e 206, III, “a” e “b”, do Regimento Interno desta Casa, entende ser necessário promover alterações no projeto original. O poder de emendar projetos de lei, de natureza eminentemente constitucional, é uma prerrogativa de ordem político jurídica inerente ao exercício da atividade legislativa, sendo especialmente relevante na correção de erros e omissões presentes no projeto de lei orçamentária, conforme dispositivo da Constituição Estadual abaixo reproduzido:

“Art. 160 – Os projetos de lei relativos a plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e a crédito adicional serão apreciados pela Assembleia Legislativa, observado o seguinte:

(...)
 III - as emendas ao projeto da lei do orçamento anual ou a projeto que a modifique somente podem ser aprovadas caso:

(...)
 c) sejam relacionadas:

- 1) com a correção de erro ou omissão; ou
- 2) com as disposições do projeto de lei”.

Para isso apresentamos ao final deste parecer três emendas de texto. Duas delas promovem alterações nos Anexos I, II-A e II-B, a que se referem os arts. 4º e 5º do projeto, de forma a corrigir os erros e omissões existentes e a outra visa adequar o art. 2º da proposição à reestimativa da receita e da despesa.

Tais alterações incidem sobre a previsão de receitas e a fixação de despesas para o ano de 2015, doravante reestimadas em R\$68,35 bilhões e R\$75,62 bilhões, respectivamente, conforme explicitado a seguir, já descontadas as receitas e despesas intraorçamentárias.

Destaque-se que os novos parâmetros para a despesa se limitam ao orçamento do Poder Executivo, permanecendo os orçamentos dos demais Poderes inalterados. A despesa de pessoal do Poder Executivo foi reestimada considerando reajustes já concedidos e os valores executados até dezembro de 2014. Já as alterações propostas para a despesa de custeio basearam-se nos valores empenhados em 2014.

Reestimativa dos Grandes Números

O montante previsto para a receita fiscal, estimada inicialmente em R\$72,43 bilhões, passa a ser de R\$68,35 bilhões, já descontada a receita intraorçamentária, reestimada em R\$13,03 bilhões.

Quanto à despesa, novas análises indicam que o valor constante originalmente no projeto, R\$72,43 bilhões, deve ser revisto para R\$75,62 bilhões, também já descontadas as despesas intraorçamentárias, que dizem respeito às aplicações diretas decorrentes de operações entre os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal, reavaliadas em R\$13,03 bilhões. Dessa forma, nota-se um déficit fiscal da ordem de R\$7,27 bilhões, conforme explicitado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1

REESTIMATIVA DA RECEITA E DA DESPESA FISCAL				
Em R\$1,00				
Descrição	2014	PLOA 2015 (A)	Reestimativa (B)	(B-A)
Receita Fiscal (A')	64.021.477.104	72.427.282.544	68.348.576.465	-4.078.706.079
Despesas Fiscais (B')	66.572.405.207	72.427.282.544	75.621.782.485	3.194.499.941
Resultado Fiscal (A'-B')	-2.550.928.103		-7.273.206.020	
Fonte: Seplag (dados de 2014)				
Nota: Foram desconsiderados os valores referentes às operações intraorçamentárias.				

Observa-se que nas despesas reavaliadas estão incluídas Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), da ordem de R\$1,15 bilhão, não computadas anteriormente no projeto original.

Reestimativa da Receita

As receitas previstas no Orçamento Fiscal são discriminadas em Receitas Correntes, Receitas de Capital, Receita Intraorçamentária e Deduções da Receita Corrente. Como se observa no Quadro 2 que se segue, as Receitas Correntes têm preponderância no total de receitas previstas, reestimando-se a arrecadação em R\$72,12 bilhões para 2015, o que representa uma redução, em relação ao projeto inicial, da ordem de 6,23%.

Quadro 2

REESTIMATIVA DA RECEITA FISCAL						
Em R\$1,00						
Descrição	Receita realizada em 2014	PLOA 2015 (A)	Reestimativa (B)	(B-A)	Análise vertical	Variação (B/A)
RECEITAS CORRENTES (I)	68.323.614.736	76.914.915.466	72.119.519.011	-4.795.396.455	105,52%	-6,23%



Receita Tributária	47.074.914.854	51.297.028.956	51.141.607.060	-155.421.896	74,82%	-0,30%
ICMS	37.476.086.458	41.652.148.949	40.542.888.001	-1.109.260.948	59,32%	-2,66%
IPVA	3.617.128.079	3.783.496.998	3.929.916.993	146.419.995	5,75%	3,87%
ITCD	626.136.201	624.381.959	624.381.959	0	0,91%	0,00%
IRRF	2.789.582.085	2.552.339.865	3.347.498.502	795.158.637	4,90%	31,15%
Outras Receitas Tributárias	2.565.982.032	2.684.661.185	2.696.921.605	12.260.420	3,95%	0,46%
Receita de Contribuições	2.628.267.919	3.392.121.910	2.749.661.687	-642.460.223	4,02%	-18,94%
Receita Patrimonial	2.159.014.272	4.769.857.164	1.135.819.458	-3.634.037.706	1,66%	-76,19%
Receita Agropecuária	5.928.075	4.897.072	4.897.072	-	0,01%	0,00%
Receita Industrial	410.698.678	487.687.226	487.687.226	-	0,71%	0,00%
Receita de Serviços	532.797.817	626.547.301	626.547.301	-	0,92%	0,00%
Transferências Correntes	13.223.129.702	14.514.462.223	14.163.929.656	-350.532.567	20,72%	-2,42%
Outras Receitas Correntes	2.288.863.419	1.822.313.614	1.809.369.551	-12.944.063	2,65%	-0,71%
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.901.897.381	3.551.527.789	4.103.940.325	552.412.536	6,00%	15,55%
Operações de Crédito	335.524.486	2.314.797.464	2.949.510.000	634.712.536	4,32%	27,42%
Demais Receitas de Capital	2.566.372.895	1.236.730.325	1.154.430.325	-82.300.000	1,69%	-6,65%
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE (III)	-7.204.035.013	-8.039.160.711	-7.874.882.871	164.277.840	-11,52%	-2,04%
TOTAL DA RECEITA FISCAL (I+II+III) - EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA	64.021.477.104	72.427.282.544	68.348.576.465	-4.078.706.079	100,00%	-5,63%
TOTAL DA RECEITA FISCAL INTRAORÇAMENTÁRIA	9.325.959.163	10.927.706.029	13.034.064.613	2.106.358.584		19,28%
TOTAL DA RECEITA FISCAL	73.347.436.267	83.354.988.573	81.382.641.078	-1.972.347.495		-2,37%

Fonte: Seplag (dados de 2014)

A receita de maior expressão no grupo das receitas correntes é a Receita Tributária. O principal componente dessa categoria é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, que representa 79,28% da Receita Tributária e 59,32% da receita total do Estado. A reestimativa é que a arrecadação do ICMS seja 2,66% menor do que a estimada na proposição original, alcançando R\$40,54 bilhões em 2015.

Quanto à Receita Patrimonial (dividendos, juros de títulos de renda, entre outros), estima-se uma redução de 76,19% em relação ao inicialmente previsto, atingindo R\$1,14 bilhão em 2015.

Reavaliação da Despesa Fiscal

A despesa total fixada para 2015 fica reavaliada em R\$75,62 bilhões, descontadas as despesas intraorçamentárias, que são aplicações diretas decorrentes de operações entre os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal, no total de R\$13,03 bilhões.

No Quadro 3 a seguir, estão explicitados os novos valores programados por grupo de despesa e sua comparação com o programado no projeto original.

Quadro 3

REAVALIAÇÃO DAS DESPESAS						
Em R\$1,00						
Descrição	Despesa realizada em 2014	PLoa 2015 (A)	Reestimativa (B)	(B-A)	Análise vertical	Varição (B/A)
DESPESAS CORRENTES	58.142.936.359	62.393.973.771	66.912.005.921	4.518.032.150	88,48%	7,24%
1. Pessoal (ativo e inativo)	33.097.983.258	34.684.339.905	38.858.542.838	4.174.202.933	51,39%	12,03%
1.1 Executivo1	27.531.623.331	28.538.578.570	32.712.891.503	4.174.312.933	43,26%	14,63%
1.2 Outros Poderes 2	5.566.359.927	6.145.761.335	6.145.651.335	-110.000	8,13%	0,00%
2. Juros	2.813.331.709	3.244.974.835	3.217.132.351	-27.842.484	4,25%	-0,86%



3. Outras Despesas Correntes	22.231.621.392	24.464.659.031	24.836.330.732	371.671.701	32,84%	1,52%
3.1 Transferências Constitucionais aos Municípios	11.610.702.301	12.732.002.144	12.510.285.912	-221.716.232	16,54%	-1,74%
3.2 Executivo	9.607.387.727	10.335.324.983	10.928.784.360	593.459.377	14,45%	5,74%
3.3 Outros Poderes 2	1.013.531.364	1.397.331.904	1.397.260.460	-71.444	1,85%	-0,01%
DESPESAS DE CAPITAL	8.429.468.849	9.498.286.938	7.901.545.413	-1.596.741.525	10,45%	-16,81%
4. Capital (Investimento e Inversão)	5.561.848.118	6.823.424.635	4.327.793.981	-2.495.630.654	5,72%	-36,57%
4.1 Executivo1	5.388.660.793	6.574.839.015	4.079.214.970	-2.495.624.045	5,39%	-37,96%
4.2 Outros Poderes 2	173.187.325	248.585.620	248.579.011	-6.609	0,33%	0,00%
5. Amortização da Dívida	2.867.620.731	2.674.862.303	3.573.751.432	898.889.129	4,73%	33,61%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	535.021.835	808.231.151	273.209.316	1,07%	51,07%
TOTAL DA DESPESA FISCAL (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA)	66.572.405.208	72.427.282.544	75.621.782.485	3.194.499.941	100,00%	4,41%
TOTAL DA DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	8.940.519.641	10.927.706.029	13.034.064.613	2.106.358.584	17,24%	19,28%
TOTAL DA DESPESA FISCAL	75.512.924.849	83.354.988.573	88.655.847.098	5.300.858.525	117,24%	6,36%

Fonte: Seplag (dados de 2014)

Notas:

1 - Inclusive Defensoria Pública.

2 - A redução da reestimativa relativa às despesas de pessoal, outras despesas correntes e de capital dos Outros Poderes refere-se à adequação entre as modalidades de despesa 90 (Aplicações Diretas) e 91 (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal) face ao valor já executado no 1º trimestre do presente exercício, de modo a não haver alteração no valor global para essas despesas.

Na categoria Despesas Correntes, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais são as mais representativas, correspondendo a 51,39% da despesa fiscal total. O crescimento em relação à proposta encaminhada em 2014 é de 12,03%.

O grupo Juros e Encargos da Dívida corresponde a 4,25% da despesa total fixada, apresentando pequena redução de 0,86% em relação à proposta inicial.

O grupo Outras Despesas Correntes, o segundo mais representativo, corresponde a 32,84% da despesa fiscal total, apresentando um acréscimo de 1,52% em relação ao programado em 2014. Para uma análise mais apurada, o grupo Outras Despesas Correntes foi subdividido nos subgrupos Executivo, Outros Poderes e Transferências Constitucionais aos Municípios. As transferências aos municípios, decorrentes de determinação constitucional, são constituídas de parcelas do ICMS, do IPVA, do IPI, da Cide e da Dívida Ativa, além de multas e juros de mora do ICMS e do IPVA.

No subgrupo Transferências Constitucionais aos Municípios, responsável por 16,54% da despesa total, verifica-se uma queda de 1,74% em relação à proposição original.

As despesas do Poder Executivo, que exprimem o custo operacional da implementação das políticas públicas pela administração pública estadual, são fixadas em valor correspondente a 14,45% da despesa total, verificando-se um acréscimo de 5,74% em relação ao valor originalmente apresentado.

Na categoria Despesas de Capital, fixada em valor correspondente a 10,45% da despesa total, destaca-se o aumento de 33,61% das despesas com amortização da dívida e a redução de 36,57% dos investimentos e inversões financeiras, em relação à proposta inicial.

Destaca-se que, em relação aos demais Poderes, não foram realizadas alterações no montante global das despesas, permanecendo, dessa forma, os valores constantes no projeto original.

No Quadro 4 estão demonstradas as reavaliações das despesas para o Poder Executivo, já incluídas as Despesas de Exercícios Anteriores – DEA -, da ordem de R\$1,15 bilhão, não computadas no projeto original.

Quadro 4

REAVALIAÇÃO DAS DESPESAS DO PODER EXECUTIVO						
R\$ 1,00						
Órgão	Despesa Realizada em 2014 (A)	PLOA 2015 (B)	Reestimativa 2015 Sem DEA (C)	DEA 2015 (D)	Varição da Reavaliação sem DEA em relação ao PLOA 2015 (E = C-B)	Varição percentual da reavaliação sem DEA em relação ao PLOA 2015 (F = C/B)
Pessoal	27.531.623.333	28.538.578.570	32.712.891.503		4.174.312.933	14,63%



Custeio	9.607.387.728	10.335.324.983	10.245.574.286	683.210.074	-89.750.697	-0,87%
Transferências Constitucionais	11.610.702.301	12.732.002.144	12.510.285.912		-221.716.232	-1,74%
Investimentos	5.388.660.793	6.574.839.015	3.613.406.709	465.808.261	-2.961.432.306	-45,04%
Dívida	5.680.952.440	5.919.837.138	6.790.883.783		871.046.645	14,71%
Reserva		535.021.835	808.231.151		273.209.316	51,07%
Total	59.819.326.595	64.635.603.685	66.681.273.344	1.149.018.335	2.045.669.659	32,75%

Fonte: Reestimativa do Projeto de Lei Orçamentária 2015.

Nota: Despesas de Exercícios Anteriores calculada conforme Resolução Conjunta SEF/SEPLAG, nº 4.742, de 12/1/2015

Despesas Correntes – Pessoal e Encargos

O Quadro 5 a seguir traz o detalhamento da despesa relativa ao grupo Pessoal e Encargos Sociais, discriminado por Poder e função. Para o Poder Executivo foram explicitadas as funções que concentram a maior parte dos gastos, a saber: Segurança, Previdência Social e Educação. Juntas, essas funções concentram 86,34% do gasto total previsto com pessoal para o Poder Executivo. Cabe ressaltar que nas despesas com pessoal estão incluídas as com a previdência dos inativos. As demais funções do Poder Executivo somam 13,66% da despesa total.

Quadro 5

DESPESAS DE PESSOAL POR PODER E FUNÇÃO							
Em R\$1,00							
FUNÇÃO		Despesa Realizada em 2014	PLOA 2015 (A)	Reestimativa (B)	(B-A)	Análise vertical	Varição (B/A)
6	SEGURANÇA PÚBLICA	8.573.745.425	8.903.157.828	11.281.847.104	2.378.689.276	34,49%	26,72%
9	PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.131.802.401	9.015.794.166	10.397.605.933	1.381.811.767	31,78%	15,33%
12	EDUCAÇÃO	6.160.028.290	6.237.209.602	6.564.124.351	326.914.749	20,07%	5,24%
10	SAÚDE	1.304.386.257	1.548.520.670	1.460.650.375	-87.870.295	4,47%	-5,67%
4	ADMINISTRAÇÃO	1.244.460.918	1.292.711.110	1.451.180.582	158.469.472	4,44%	12,26%
20	AGRICULTURA	401.853.309	397.595.640	439.592.374	41.996.734	1,34%	10,56%
28	ENCARGOS ESPECIAIS ¹	58.513.515	425.359.541	363.999.895	-61.359.646	1,11%	-14,43%
3	ESSENCIAL À JUSTIÇA	238.421.181	259.240.237	336.402.782	77.162.545	1,03%	29,76%
26	TRANSPORTE	126.535.929	142.749.505	127.457.398	-15.292.107	0,39%	-10,71%
18	GESTÃO AMBIENTAL	103.687.249	103.078.458	107.470.524	4.392.066	0,33%	4,26%
13	CULTURA	50.526.521	53.626.682	55.870.376	2.243.694	0,17%	4,18%
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	30.794.984	31.888.259	31.104.778	-783.481	0,10%	-2,46%
22	INDÚSTRIA	21.056.693	24.235.934	26.306.998	2.071.064	0,08%	8,55%
15	URBANISMO	17.513.404	33.909.103	24.825.537	-9.083.566	0,08%	-26,79%
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	26.224.574	26.344.958	18.675.359	-7.669.599	0,06%	-29,11%
8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.954.226	32.451.452	11.312.251	-21.139.201	0,03%	-65,14%
11	TRABALHO	6.509.944	6.174.139	9.253.809	3.079.670	0,03%	49,88%
14	DIREITOS DA CIDADANIA	4.115.317	4.066.629	4.691.635	625.006	0,01%	15,37%
24	COMUNICAÇÃO	493.195	464.657	519.442	54.785	0,00%	11,79%
PODER EXECUTIVO		27.531.623.331	28.538.578.570	32.712.891.503	4.174.312.933	100,00%	14,63%
PODER JUDICIÁRIO		3.184.750.279	3.594.680.598	3.594.680.598	0		
MINISTÉRIO PÚBLICO		1.062.849.383	1.137.058.407	1.137.058.407	0		
PODER LEGISLATIVO		827.365.563	875.987.513	875.987.513	0		
TRIBUNAL DE CONTAS ²		491.394.702	538.034.817	537.924.817	-110.000		

Fonte: Seplog (dados de 2014)

Notas:

1 – Os Encargos Especiais se referem aos precatórios.

2 – A redução da reestimativa relativa à despesa de pessoal do Tribunal de Contas refere-se à adequação entre as modalidades de despesa 90 (Aplicações Diretas) e 91 (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal – despesas intraorçamentárias) face ao valor já executado no 1º trimestre do presente exercício, de modo a não haver alteração no valor global para as despesas com pessoal destinado ao órgão.

Comparando-se a reavaliação da despesa de pessoal e encargos sociais ora apresentada para o Poder Executivo com a proposição encaminhada inicialmente, destacamos um crescimento global de 14,63%, sendo 26,72% na função Segurança, 15,33% na função Previdência Social e 5,24% na função Educação.

Destaca-se que, em relação aos demais Poderes, não foram realizadas alterações no montante global das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, permanecendo, dessa forma, os valores constantes no projeto original.

Limites Constitucionais

A obrigatoriedade de aplicação de recursos em áreas consideradas relevantes e a restrição do gasto em áreas sensíveis para o equilíbrio fiscal são determinadas por dispositivos constitucionais.

O total de gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE - reavaliado é de R\$10,36 bilhões, representando 25,05% da receita resultante de impostos considerada para o cálculo.

Já a reavaliação das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS - totaliza R\$5,01 bilhões, representando 12,12% da receita de impostos e transferências consideradas para o cálculo.

Dessa forma, os limites previstos na Constituição estão sendo observados na reavaliação ora apresentada.

Limites legais para as Despesas com Pessoal

Haja vista as adequações realizadas, a despesa total com pessoal fica reavaliada em R\$29,52 bilhões, representando 59,32% da Receita Corrente Líquida – RCL – para o exercício de 2015. Por sua vez, reestima-se a RCL em R\$49,76 bilhões, o que representa uma redução de 7% em relação ao valor originalmente estimado.

Os gastos por Poder e Ministério Público e suas respectivas participações na RCL estão previstos no Quadro 6.

Quadro 6

Reavaliação – Participação da Despesa de Pessoal na RCL			
Em R\$1,00			
Poderes	Previsto (Valores)	Participação na RCL Prevista (%)	Participação na RCL Limite LRF (%)
Legislativo (inclusive Tribunal de Contas)	1.068.468.121	2,15%	3,00%
Judiciário	2.910.871.767	5,85%	6,00%
Ministério Público	915.777.018	1,84%	2,00%
Executivo	24.620.688.147	49,48%	49,00%
Total – Todos os Poderes	29.515.805.053	59,32%	60,00%
Receita Corrente Líquida	49.758.171.713		

Destaque-se que, embora exista previsão para que as despesas totais com pessoal ultrapassem o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, a apuração desse limite, e conseqüentemente, a aplicação das sanções previstas em lei, só ocorrerá quando a despesa for realizada efetivamente.

Orçamento de Investimento das Empresas Controladas

O Orçamento de Investimento das Empresas Controladas, para 2015, fica mantido, conforme previsão inicial, em R\$7,66 bilhões.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.497/2014, em turno único, com as Emendas nºs 1 a 8, 14 a 20, 38 a 40, 42 a 48, 51 a 87, 89, 91 a 112, 118 a 127, 136 a 150, 153 a 173, 176 a 210, 212, 215 a 228, 234, 244 a 258, 266 a 320, 322 a 383, 385 a 388, 390, 391, 403 a 405, 410, 411, 416 a 426, 468 a 471, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 427 a 463, 465 e 466, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com a Emenda nº 214, apresentada pela Comissão Extraordinária das Águas; com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 213 e com as Emendas nºs 478 a 562, apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 9 a 13, 21 a 37, 41, 49, 50, 88, 90, 113 a 117, 128 a 135, 151, 152, 174, 175, 211, 229 a 233, 235 a 243, 259 a 265, 321, 384, 389, 392 a 402, 406 a 409, 412 a 415, 467, 472 a 477.

A Emenda nº 213 fica prejudicada pela aprovação da respectiva subemenda.

A Emenda nº 464 foi retirada pelo autor.

É necessário destacar que as Emendas nºs 502 a 526 visam adequar o Orçamento às inclusões de ação e programa propostas no PPAG.

Vale salientar que as Emendas de nºs 1 a 528 já constavam no parecer aprovado em 18/12/2014, sendo mantidas suas análises.

As Emendas nºs 529 a 558 têm o objetivo de atender a indicações de parlamentares que não tiveram oportunidade de apresentá-las anteriormente.

Por fim, as Emendas nºs 559 a 561 buscam corrigir erros e omissões verificados no projeto original, reestimando a receita e a despesa, com base nas premissas do art. 166, §3º, III, “a” e “b”, da Constituição Federal, reiteradas no art. 160, III, “c”, 1 e 2, da



Constituição Estadual, e 206, III, "a" e "b", do Regimento Interno desta Casa. Já a Emenda nº 562 busca adequar o dispositivo que trata de vigência da lei.

Emenda de despesa: 213/1

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social
Objeto do Gasto: Capacitação e Formação de Profissionais do Sistema Socioeducativo (despesas correntes)
Valor: R\$150.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de texto: 478

Dê-se ao art. 9º a seguinte redação:

"Art. 9º - Fica a Assembleia Legislativa autorizada a abrir créditos suplementares ao seu orçamento e ao orçamento do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - Fundhab - até o limite de 10% (dez por cento) da despesa neles fixada, em conformidade com o disposto no inciso V do *caput* do art. 62 da Constituição do Estado.

§ 1º - Os créditos suplementares de que trata o *caput* utilizarão como fonte os recursos resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias do próprio orçamento suplementado, o excesso de arrecadação da receita da Assembleia Legislativa ou do Fundhab decorrente de convênios, acordos e ajustes ou de recursos diretamente arrecadados ou o superávit financeiro relativo a receitas de convênios, contrapartida, acordos e ajustes apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e serão abertos por regulamento próprio da Assembleia Legislativa, que poderá remanejar recursos entre as diversas discriminações de despesa previstas nos incisos III a XI do *caput* do art. 15 da Lei nº 21.447, de 1º de agosto de 2014, e incluir, nos grupos de despesa, fonte de recurso proveniente de convênios, acordos e ajustes.

§ 2º - As alterações da modalidade de aplicação e do identificador de procedência e uso de que trata o art. 17 da Lei nº 21.447, de 2014, poderão ser realizadas nos termos de regulamento da Assembleia Legislativa e não onerarão o limite estabelecido no *caput*.

§ 3º - A Assembleia Legislativa comunicará a suplementação à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -, no prazo de dois dias úteis contados da data de publicação do regulamento, para as providências necessárias."

Emenda de texto: 479

Acrescente-se onde convier:

"Art.... - As disposições do Anexo V desta lei, consideradas incisos deste artigo, constituem alterações do orçamento aprovadas pelo Poder Legislativo, as quais serão, salvo em caso de veto, incorporadas pelo Poder Executivo aos Anexos I a III."

Emenda de texto: 480

Dê-se ao art. 13 a seguinte redação:

"Art. 13 - Cabe aos Poderes Legislativo e Executivo assegurar a compatibilidade entre o planejamento para o exercício de 2015 contido no PPAG 2012-2015 e a Lei Orçamentária para o exercício de 2015, ficando autorizados os ajustes necessários à plena compatibilidade."

Emenda de texto: 481

Dê-se ao art. 14 a seguinte redação:

"Art. 14 - O Poder Executivo, a fim de viabilizar a compatibilização entre o planejamento e o orçamento para o exercício de 2015, poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, programas, ações, metas, indicadores e dotações orçamentárias, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades ou de alterações de suas competências ou atribuições autorizadas por lei que altere a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo."

Emenda de despesa: 482

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Clóvis Salgado
Objeto do Gasto: Gestão de Projetos Culturais da Fundação Clóvis Salgado (despesas correntes)
Valor: R\$492.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 483

Unidade Orçamentária Beneficiada: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Objeto do Gasto: Direção Administrativa (despesas de capital)
Valor: R\$11.953.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 484

Unidade Orçamentária Beneficiada: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Objeto do Gasto: Direção Administrativa (despesas de capital)
Valor: R\$4.300.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 485

Unidade Orçamentária Beneficiada: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Objeto do Gasto: Direção Administrativa (despesas correntes)
Valor: R\$12.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 486

Unidade Orçamentária Beneficiada: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Objeto do Gasto: Direção Administrativa (despesas correntes)



Valor: R\$36.518.114,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 487

Unidade Orçamentária Beneficiada: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Proventos de Inativos Civis e Pensionistas (despesas correntes)

Valor: R\$14.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 488

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação TV Minas Cultural e Educativa

Objeto do Gasto: Transmissão Televisiva de Programação Cultural, Jornalística e Informativa (despesas correntes)

Valor: R\$5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 489

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Entidades Voltadas à Área de Assistência Social - Recursos para Apoio às Apaes, aos Asilos e às Creches. (despesas correntes)

Valor: R\$5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 490

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Estadual do Meio Ambiente

Objeto do Gasto: Gestão de Efluentes e da Qualidade do Ar e do Solo - Aquisição de Veículos para Monitoramento da Qualidade do Ar. (despesas de capital)

Valor: R\$2.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 491

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Modernização do Sistema Prisional - Construção de Abrigos para Visitantes de Presos nas Unidades Prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 492

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo e Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 493

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Aquisição de Castra Móveis Com o Objetivo de Diminuir a Superpopulação de Cães e Gatos (despesas de capital)

Valor: R\$1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 494

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Polícia para a Cidadania - Recursos para Infraestrutura do Serviço de Juventude e Polícia. (despesas de capital)

Valor: R\$500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 495

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 496

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 497

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana

Objeto do Gasto: Ações Urbanísticas Pontuais (despesas de capital)

Valor: R\$5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

**Emenda de despesa: 498**

Unidade Orçamentária Beneficiada: Procuradoria-Geral de Justiça
Objeto do Gasto: Construção, Ampliação e Reforma de Sedes Próprias (despesas de capital)
Valor: R\$8.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 499

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura
Objeto do Gasto: Estímulo à Produção e Circulação Cultural (despesas correntes)
Valor: R\$970.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 500

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Reforma da Rodoviária do Município de Fronteira (despesas de capital)
Valor: R\$150.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 501

Unidade Orçamentária Beneficiada: Universidade do Estado de Minas Gerais
Objeto do Gasto: Ensino de Terceiro Grau (despesas de capital)
Valor: R\$5.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 502

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação
Objeto do Gasto: Xadrez na Escola (despesas correntes)
Valor: R\$80.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 503

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação
Objeto do Gasto: Melhoria da Infraestrutura das Escolas Família Agrícola (despesas correntes)
Valor: R\$200.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 504

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Assistência Social
Objeto do Gasto: Cofinanciamento de Serviços e Benefícios para Municípios na Execução de Proteção Especial (despesas correntes)
Valor: R\$900.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 505

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Assistência Social
Objeto do Gasto: Serviços de Proteção de Alta Complexidade (despesas correntes)
Valor: R\$700.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 506

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
Objeto do Gasto: Promoção dos Direitos da População Lgbt (despesas correntes)
Valor: R\$200.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 507

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
Objeto do Gasto: Rede de Acompanhamento Social nas Escolas (despesas correntes)
Valor: R\$100.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 508

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
Objeto do Gasto: Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça (despesas correntes)
Valor: R\$1.200.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 509

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
Objeto do Gasto: Implantação do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (despesas correntes)
Valor: R\$100.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

**Emenda de despesa: 510**

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio à Inclusão Produtiva (despesas correntes)

Valor: R\$50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 511

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Agropecuária

Objeto do Gasto: Apoio à Cadeia Produtiva dos Queijos Artesanais de Minas (despesas correntes)

Valor: R\$200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 512

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Agropecuária

Objeto do Gasto: Capacitação dos Agentes da Vigilância Sanitária Municipal em Prol da Segurança Alimentar (despesas correntes)

Valor: R\$150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 513

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Agropecuária

Objeto do Gasto: Apoio à Estruturação de Sistema de Inspeção Sanitária em Consórcios Intermunicipais (despesas correntes)

Valor: R\$600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 514

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Apoio à Implementação do Paa-Familiar (despesas correntes)

Valor: R\$20.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 515

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Agropecuária

Objeto do Gasto: Incentivo à Mitigação do Uso de Agrotóxicos na Produção Agropecuária (despesas correntes)

Valor: R\$300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 516

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Objeto do Gasto: Elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica (despesas correntes)

Valor: R\$400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 517

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Regularização Fundiária de Unidades de Conservação (despesas correntes)

Valor: R\$100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 518

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: Discriminatória e Arrecadação de Terras Devolutas (despesas correntes)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 519

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Apoio à Inscrição de Estabelecimentos Rurais da Agricultura Familiar no Cadastro Ambiental Rural - Car (despesas correntes)

Valor: R\$720.800,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 520

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Defesa Social

Objeto do Gasto: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (despesas correntes)

Valor: R\$450.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 521

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Revisão do Zoneamento Ecológico Econômico (despesas correntes)

Valor: R\$785.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

**Emenda de despesa: 522**

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Capacitação para o Empreendedorismo Rural (despesas correntes)

Valor: R\$200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 523

Unidade Orçamentária Beneficiada: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Capacitação de Membros e Servidores da Defensoria Pública (despesas correntes)

Valor: R\$500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 524

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Realização de Exames nas Ações de Investigação de Paternidade (despesas correntes)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 525

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas

Objeto do Gasto: Estruturação da "Cidade das Águas" - Fundação Hidroex (despesas correntes)

Valor: R\$5.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 526

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: - Apoio aos Municípios e Entidades nos Serviços de Atendimento aos Direitos da Pessoa Idosa (despesas correntes)

Valor: R\$1.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 527

Unidade Orçamentária Beneficiada: Reserva de Contingência

Objeto do Gasto: Reserva de Contingência (despesas correntes)

Valor: R\$1,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 528

Unidade Orçamentária Beneficiada: Reserva de Contingência

Objeto do Gasto: Reserva de Contingência (despesas correntes)

Valor: R\$1,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 529

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 530

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 531

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 532

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 533

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

**Emenda de despesa: 534**

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 535

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 536

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 537

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 538

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 539

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 540

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 541

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 542

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 543

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 544

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 545

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo
Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)
Valor: R\$1.000.000,00
Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 546

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 547

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 548

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 549

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 550

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 551

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 552

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 553

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 554

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 555

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 556

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 557

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

Emenda de despesa: 558

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Fomento e Execução de Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$14.500.000,00



Deduções: Fundo Estadual de Saúde - 4391 - Fomento e Execução de Ações de Saúde (outras despesas correntes) - R\$2.500.000,00
Fundo Estadual de Saúde - 4391 - Fomento e Execução de Ações de Saúde (investimentos) - R\$12.000.000,00

Emenda de texto: 559

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - O Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2015 estima a receita em R\$81.382.641.078,00 (oitenta e um bilhões trezentos e oitenta e dois milhões seiscentos e quarenta e um mil e setenta e oito reais) e fixa a despesa em R\$88.655.847.098,00 (oitenta e oito bilhões seiscentos e cinquenta e cinco milhões oitocentos e quarenta e sete mil e noventa e oito reais)."

Emenda de texto: 560

Dê-se ao Anexo I a redação disponível no seguinte *link*:

http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/loa/docs/2015/orcamento_2015_anexo_1.pdf

Emenda de texto: 561

Dê-se aos Anexos II-A e II-B a redação disponível nos seguintes *links*:

http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/loa/docs/2015/orcamento_2015_anexo_II_a.pdf

http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/loa/docs/2015/orcamento_2015_anexo_II_b.pdf

Emenda de texto: 562

Dê-se ao art. 15 a seguinte redação:

"Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Comissões, 23 de março de 2015.

Tiago Ulisses, presidente e relator - Thiago Cota - Rogério Correia - Vanderlei Miranda - Felipe Attiê - Arnaldo Silva.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/3/2015

O deputado Fábio Cherem* - Sr. Presidente e colegas, fiquei, como todos, sensibilizado com as manifestações de domingo. É preciso decifrar o que o povo brasileiro vem trazer a nós, parlamentares. Comentava com um colega que seria interessante que nenhum político estivesse presente às manifestações, visto que essas manifestações eram declaradamente uma insatisfação contra a classe política.

Indubitável é que, apesar do avanço dos últimos anos na economia, no salário mínimo, na moradia e no acesso ao estudo universitário, a população quer mais. Ela quer mais transparência e mais efetividade diante daquilo que ainda podemos alcançar como Nação. É imprescindível que, apesar dos avanços que todos nós constatamos, que foram inegáveis à Nação brasileira ao longo dos últimos anos, ainda há mais por fazer. A gestão séria, eficiente e intransigente quanto à qualidade dos recursos é imprescindível como desafio, agora posto a todos nós. É importante que os parlamentares desta Casa e de Minas Gerais estejam sensíveis, sobretudo a um tema de muita repercussão nesta Casa: o sistema político eleitoral. Acredito que a Assembleia de Minas também tem de participar, de maneira propositiva, das indispensáveis reformas políticas que devem ser feitas.

Comunico ao presidente Adalclever que uma comissão de parlamentares irá procurá-lo para que juntos possamos acompanhar a reforma política que ora se efetua em Brasília e levar proposições para ajudar o País a evoluir, tendo em vista esse sentimento de insatisfação que foi demonstrado pela ida de mais de um milhão e meio de pessoas às ruas das principais capitais brasileiras.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Fábio Cherem, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por trazer esse assunto com seriedade. Quando se vê o partido que governou e quebrou Minas por 12 anos falar de corrupção, parece que são os arautos da moralidade e que essa corrupção foi inventada agora.

Sabemos que esse é um problema antigo da humanidade. Quem tem dois senadores mineiros, um citado por Youssef em razão de desvio de dinheiro em Furnas e outro citado na Lava-jato, apresentar-se como arauto da moralidade é, no mínimo, estranho. Eles gostam de atirar pedras nos outros, como se estivessem ilesos diante da corrupção, que é um problema geral. Isso só serve para dismantelar a política. Por isso nem eles próprios puderam ir à manifestação que convocaram.

O deputado Fábio Cherem* - O senador não esteve na manifestação?

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Não, ele levou a filha dele como escudo, para não ganhar vaia, de cima do seu luxuoso edifício em Copacabana.

O deputado Fábio Cherem* - No Rio de Janeiro?

O deputado Rogério Correia (em aparte) - No Rio de Janeiro.

O deputado Fábio Cherem* - Estava no Rio de Janeiro?

O deputado Rogério Correia (em aparte) - No Rio de Janeiro, onde 82% dos presentes à manifestação eram eleitores deles, segundo a *Folha de S.Paulo*. Considerando os eleitores que votam nulo e branco, eram todos anti-Lula. Ele foi lá com a filha dele para ver se não recebia vaia.

O deputado Fábio Cherem* - Na manifestação ou no apartamento?

O deputado Rogério Correia (em aparte) - No apartamento, claro. Ele não desce.

O deputado Fábio Cherem* - Ele estava no apartamento?

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Se descer, ganhará vaia. Começa a haver um movimento meio que fascista, segundo o qual partido político não vale nada. O PSDB está flertando com o fascismo, o que é perigoso.



Por que a imprensa não faz repercutir essas questões? Fui verificar isso. V. Exa. me permite um tempinho a mais para tratar de um assunto importante?

O deputado Fábio Cherem* - Pois não, deputado.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Fui ver por que a panela cheia de ódio da pequena burguesia faz mais barulho na imprensa que a panela sofrida dos trabalhadores. Vou explicar isso. Deputado Fábio Cherem, vou citar o balanço do Tribunal de Contas, cujos membros, todos eles, foram indicados pelos tucanos. O tribunal apresentou agora um balanço dos gastos publicitários do governo passado. A era do choque de gestão ou do choque de censura, chamada era aecista, de 2003 ao ano passado, durou até que eles foram derrotados de forma acachapante nas urnas, o que eles não aceitam até hoje. A farra das publicidades dava para construir duas cidades administrativas superfaturadas. Sabemos que a Cidade Administrativa foi superfaturada, mas a imprensa não noticiou isso. O valor de duas cidades administrativas foi gasto com farra na publicidade.

O deputado Fábio Cherem* - A reportagem aponta o total?

O deputado Rogério Correia (em aparte) - A reportagem aponta tudo. Eles gastaram, para fazer esse absurdo, R\$254.179.000,66. Esse foi o valor gasto com as farras com as publicidades tucanas para calar a imprensa. Daria para duas cidades administrativas superfaturadas.

A farra aqui na Assembleia Legislativa, e o deputado Adalclever Lopes deve tomar cuidado com isso, em 2013, foi de R\$13.000.000,00. Mais da metade disso foram gastos com os Diários Associados. Vamos começar a entender o silêncio da imprensa em relação às painelas dos trabalhadores. Só fazem barulho as painelas de ódio da pequena burguesia, que o PSDB atíça. Repito, esse movimento não leva à democracia nem à vitória de qualquer partido que seja. Movimentos desse tipo levaram a Hitler, movimentos desse tipo levaram à ditadura militar sangrenta em toda a América Latina. Essa pequena burguesia que hoje está indo às ruas sem bandeira de questões populares, sem apontar avanços sociais, mas apenas querendo destituir o direito de voto e as bandeiras populares não levam a avanços no Brasil.

O deputado Hely Tarquínio começou a levantar esse ponto outro dia, e muito bem. O PSDB precisa parar de flertar com o golpismo e com essa visão fascista de pessoas que odeiam o povo, que odeiam os negros. Esse ódio que vai às ruas não apresenta sentimento democrata, mas de golpe. Ele rechaça as bandeiras populares, o que representa um risco muito grande. Mussolini, Hitler, todos tiveram base de massa fascistoide, e isso veio exatamente do preconceito e do ódio.

Esse preconceito e ódio são feitos através do silêncio da imprensa; aí, vamos ver o porquê desse silêncio. A maior obra do governo aecista foi a farra das publicidades. A farra das publicidades dava para construir duas cidades administrativas superfaturadas.

Vou, junto de vocês do bloco, propor analisarmos a existência da CPI da Cidade Administrativa, da farra das publicidades e do lava-jato na Cemig, onde Youssef apontou que as verbas de Furnas foram utilizadas naquele momento pelo governo tucano. Quero parabenizá-lo, Cherem.

O deputado Fábio Cherem* - Deputado, segundo V. Exa., havia um choque de gestão alimentado pela mídia. Ao final, Minas está com um orçamento deficitário em R\$6.000.000.000,00, e já não existe mais tanto esforço publicitário nem uma possibilidade de defesa do choque de gestão, que, ao final de 12 anos, levou o Estado a uma situação econômica muito deficitária.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Eles estão dizendo que, depois que o Pimentel assumiu, Minas ficou ruim. Isso é impressionante.

O deputado Fábio Cherem* - Eu comentava isso com V. Exa. pelo fato de que, em três meses, a situação de Minas se deteriorou de uma forma inacreditável. Antes, era uma espécie de paraíso, mas hoje estamos vivenciando um descalabro após três meses apenas da transição do governo.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Só para dar outros exemplos interessantes, os critérios para alimentar as empresas de publicidade eram mais ou menos os seguintes: R\$500.000,00 foram para uma revista carioca intitulada *Rio Samba*. Sabe quanto recebeu a Rádio Arco-Íris? Aquela rádio que o senador Aécio Neves ganhou de presente, quando votou cinco anos no Sarney? Antônio Carlos Magalhães deu para ele uma rádio, a Rádio Arco-Íris, e outros jornais de São João del-Rei. Dinheiro público ia para essa rádio, na qual a irmã dele mandava. Foram mais de R\$1.000.000,00. A sede dessa rádio fica em Betim, mas ele usa os carros no Rio de Janeiro, local em que foi pego no bafômetro numa Land Rover. Era o carro da Arco-Íris. Tudo isso foi escondido e agora está claro, porque escondem as atrocidades e as falcatruas do senador Aécio Neves. É a farra das publicidades. Está aqui: Rádio Arco-Íris dele, da irmã e da mãe. Elas rebebiavam o dinheiro público, sendo que uma delas recebeu R\$1.000.000,00.

A empresa Rio Samba é do Rio, e temos de saber onde ela fica. Foi dinheiro para essa empresa também. A transmissora da Jovem Pan, que é dele, recebia dinheiro também. O mais estranho disso foi o silêncio que a mídia fez, por isso é importante ler esse relatório do Tribunal de Contas. É a farra das publicidades. Aqui na Assembleia Legislativa precisamos ver essa farra, porque em 2013, um ano antes da eleição, a Assembleia Legislativa gastou R\$13.000.000,00 em publicidade, metade disso com o jornal *Estado de Minas*, que alguns chamam de *Estrago de Minas*. Fizeram isso para atacar os opositores e calar o povo mineiro.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Primeiro, queria lhe agradecer pelo espírito democrático e perguntar se V. Exa. estava no Brasil no domingo passado.

O deputado Fábio Cherem* - Estava, deputado.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - O que me leva a fazer esta pergunta, obviamente, é a justificativa que V. Exa. trouxe a respeito das pessoas nas ruas. É como se V. Exa. aqui não estivesse. Concordo com V. Exa. que, em 2013, há dois anos, antes da Copa, naquele movimento, nenhum de nós, ninguém da classe política poderia ir para as ruas, pois, naquele momento, a insatisfação era contra a classe política. Começou com o argumento do aumento da tarifa do transporte coletivo em São Paulo e se transformou em uma reivindicação e em uma luta da população brasileira contra a classe política, a reforma política, a corrupção e tudo mais. Virou um movimento democrático e cívico bacana, até que chegaram os *black blocs* e acabaram com tudo. Naquela época, foi isso. Vou dizer a V. Exa. que, naquele momento, eu mesmo não saía às ruas, pois sabia que, se saísse, seria hostilizado.



Já no domingo passado, eu estava nas ruas, com a camisa do Brasil - e há até uma foto tirada por alguém que não conheço e que a colocou no Facebook -, com meu sobrenome Valadares escrito bem grande, com a minha esposa, com a minha filha de 3 anos no carrinho e uma cachorra que levei comigo por ser um movimento tão bacana; levei até minha cachorra, uma *golden retriever* grande, bonita - vou-lhe mostrar a foto. Fiz isso porque aquele movimento não era contra a classe política, mas sim contra o PT, contra a Dilma.

Aqueles que estão dizendo que foi um pequeno ato de uma pequena burguesia golpista e fascista se esquecem de que - e V. Exa. tem mais ou menos a minha idade, aliás, é um pouco mais velho, apesar de parecer mais novo -, na época de Fernando Henrique, esses que hoje condenam eram os que iam para as ruas gritar "Fora FHC!" e que apresentaram mais de 17 pedidos de *impeachment* no Congresso Nacional para tirar de lá o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eles são os mesmos que acusam hoje a oposição de ser golpista e fascista. Então, são dois movimentos distintos: um deles é o de 2013, contra a classe política; já no domingo passado, quando estava lá com minha filha de 3 anos, minha esposa e minha cadela, o movimento foi feito contra o PT e contra a Dilma. Muito obrigado.

O deputado Fábio Cherem* - Queria encerrar e aproveitar o aparte do deputado Gustavo Valadares para dizer que, no meu entendimento, a manifestação surpreendeu a todos: primeiro, pela civilidade; segundo, pela quantidade de brasileiros que foram às ruas pacificamente mostrando que a Nação precisa evoluir e avançar.

Acredito que não é tão simples assim. A manifestação que houve no domingo ainda será objeto de muito comentário e de muito estudo para que os nossos cientistas e políticos, de forma geral, captem a essência do que efetivamente motivou todas essas pessoas a sair de suas casas em um dia de descanso e ir para as ruas clamar para que a Nação evolua, prospere, caminhe. Entendi como uma cobrança a todos nós desta Casa e demais políticos do Brasil. Era só, presidente. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* - Obrigado, presidente. Já foi distribuído pedido de prisão preventiva deste deputado. Nem sabem o que falarei! Mas o desespero do PT é tão grande que, antes de eu falar, eles já querem art. 164. Ah! O meu tempo.

Obrigado, meu líder, pela atenção. Vejam o desespero do PT! O PT está desesperado! Eu nem falei ainda, e eles pediram a minha prisão preventiva. O PT treme. Não tem jeito! Eles estão tremendo, estão com medo. Parece até uma coisa acertada. A presidente Dilma despencou para 13%. Agora, o mercado mundial está atônito. O Federal Reserve, dos Estados Unidos, anunciará o valor dos juros naquele país. Hoje, corremos o risco de grande perda de dinheiro e disparada do dólar no Brasil. Neste momento, a moeda está cotada a R\$3,28. Com a decisão do Federal Reserve, teremos perda financeira. É um desespero! O mais impressionante foi o deputado falar em R\$200.000.000,00. Somente em 2013 o governo federal gastou R\$2.300.000.000,00 em propaganda. São R\$2.300.000.000,00. O tal Pedro Barusco, que era o sub do sub do sub na Petrobras, aceita devolver R\$200.000.000,00 para a empresa, líder Luiz Humberto Carneiro! Roubaram a Petrobras e vêm aqui falar em "rádia": "Ah, tem uma 'rádia' aí não sei onde, tem não sei o quê!". Não existe explicação para o que eles fizeram com o Brasil. O PT quebrou o Brasil! O mundo está olhando para o nosso país, o potencial do nosso país! E eles têm a coragem de vir aqui nos atacar.

Tentamos nos esquecer do mais querido Aécio Neves, por quem o PT tem paixão. Toda hora eles falam do Aécio Neves. Vocês venceram a eleição! Governem! Fernando de Dilma não faz nada, não fez a primeira reforma. O ar-condicionado e as paredes do seu gabinete foram reformados e não tem dinheiro, porque os tucanos acabaram com o dinheiro de Minas Gerais. Mas ele fez a reforma administrativa, criou mais quatro secretarias, foi para o Carnaval do Rio e passeou de carro blindado - ele gosta de carro blindado. Quando era prefeito de Belo Horizonte comprou carro blindado. E o PT vem aqui falar de R\$200.000.000,00, que Barusco devolverá R\$200.000.000,00 para a Petrobras! É o maior roubo da história.

São 300 milhões. Ele vai devolver 300 milhões. É mais do que foi gasto em publicidade. Mas um partido que gastou R\$2.300.000.000,00 em publicidade em um ano vir criticar os outros? Ora, vamos respeitar, pois não dá para fazer política dessa maneira. Ninguém acredita mais.

No domingo as pessoas estavam com essas cores: verde e amarelo. Tive a honra de envergar essa camisa, representando a Seleção Brasileira, cantando o Hino Nacional Brasileiro. Eles querem transformar o Brasil em vermelho. Querem que o Brasil seja vermelho, mas ele é verde e amarelo. Aqui é nossa pátria. Não tem jeito, vamos morrer por causa disso. Fui ao exterior defender nossas cores. Minha mulher foi capitã da Seleção Brasileira de Vôlei, e a cor era verde e amarelo. Minha filha foi às Olimpíadas de Pequim e usou verde e amarelo, não usou vermelho. Eles querem enfiar vermelho no Brasil, mas não aceitaremos. Temos nossas cores.

As ruas diziam que as pessoas estavam indignadas porque foram enganadas pelo PT e pela Dilma. E vai acontecer em Minas Gerais: Fernando de Dilma enganou também. Cadê o descongelamento do salário dos professores? Diziam aqui que iriam descongelar, que iriam devolver a carreira aos professores - disseram mil coisas -, que iam dar aumento aos servidores, mas não nos deixaram votar o reajuste de 4,6%. Chega de mentiras. Não temos medo do PT. Quem treme é o PT, que terá resposta aqui o tempo todo. Golpe foi pedir *impeachment* de Fernando Henrique Cardoso. O PT pediu *impeachment* de Fernando Henrique Cardoso mais de 17 vezes, mas o da Dilma vai passar dos 17. Não tem jeito, o povo está indignado nas ruas. Aumentaram a gasolina, aumentaram os impostos...

Terminou o meu tempo. Tenho de honrar V. Exa., tenho a maior admiração pelo deputado Hely Tarquínio. Então não excederei meu tempo porque, repito, tenho muita admiração por V. Exa.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo - Perfeitamente, e já estou aqui. O momento histórico da sociedade brasileira e o mais importante da democracia é o das eleições. Essa foi vencida em outubro do ano passado. Foi vencida, e o povo de Minas Gerais disse "não" a um projeto que governou durante 12 anos o Estado. Elegeu o governador Fernando Pimentel com 53% dos votos no primeiro turno. Acho que esse é o momento fundamental na democracia. É o momento em que o voto não tem preço, não tem cor, não tem ideologia, todos são iguais. O povo disse "não" a um projeto que fez Minas caminhar para trás. O povo elegeu Fernando Pimentel.



Essa mesma população mineira, tanto no primeiro como no segundo turno, garantiu a vitória da presidenta da República Dilma Rousseff e rejeitou aquele que, durante oito anos, governou Minas. Mostrou que, na sua terra, ele não era aceito, não era bem-visto. Acho que nós que estamos aqui pelo voto... O deputado Dilzon Melo está em seu sétimo mandato pelo voto popular, eu estou no meu sexto mandato pelo voto popular, a Ione está em seu primeiro mandato pelo voto popular. O momento fundante da democracia, em que se principia o processo democrático, é o momento do voto.

Acho que temos de respeitar o desejo manifesto do povo mineiro, tanto na eleição do Fernando Pimentel quanto na eleição da Dilma Rousseff, em Minas Gerais. Se questionarmos isso, estamos questionando os mesmos princípios que nos elegeram. Essa é a questão fundamental. Mais do que pesquisa de opinião do Datafolha, mais do que mobilizações ou manifestações de rua, precisamos resgatar que esse projeto do PSDB foi derrubado em Minas Gerais. Minas disse não. Se o Estado o conhecia, se era o mais querido... Acho que tanto o deputado Rogério Correia quanto o deputado João Leite têm uma relação atávica em falar esse nome, que eu não pronuncio, porque foi um derrotado nas eleições, que esteve envolvido na lista de Furnas com corrupção. A lista foi considerada verdadeira pela perícia da Polícia Federal. Não falo o nome dele, porque ficará na poeira da história, com toda a certeza. Se dois colegas deputados - um é do meu partido e o outro, não, mas eu o admiro e respeito muito, ele é meu amigo - insistem em falar esse nome, eu não falo. É alguém que ficará à margem da história.

Agora temos de deixar bem claro que a corrupção se acentuou na Petrobras a partir do momento em que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sob a alegada argumentação de dar competitividade, retirou da empresa a obrigatoriedade de licitar obras, serviços e qualquer tipo de compra. Foi ali, e todos os depoentes estão envolvidos com a corrupção do passado. Quando Lula deixou de nomear um diretor, durante seis meses o Congresso Nacional parou. Dilma os demitiu, mandou apurar, porque hoje, nesse governo, a Polícia Federal tem autonomia e no Ministério Público não se tem um engavetador-geral, como tínhamos o Brindeiro.

Acho que a comunidade amadurece. As ações e as medidas anticorrupção, a própria lei do presidente Lula, que foi sancionada pela presidente Dilma, de combate à corrupção são sinais claros disso. Acho que são as verdades. A verdade está aí. É aquilo que está no Evangelho, deputado João Leite: se eu não disser, as pedras gritarão.

O presidente - Com a palavra, o deputado Ivair Nogueira. Ou melhor, o deputado Prado primeiro.

O deputado Elismar Prado - Eu estava quase sendo boicotado aqui. Foi só um equívoco do presidente. Obrigado, presidente, sempre democrático.

Quero saudar os colegas e todos os que nos acompanham pela TV Assembleia e dizer que esse assunto vai render bastante nesta Casa e em todos os espaços, como é esperado. Precisamos, cada vez mais, fortalecer nossas instituições e entender que partidos políticos não são pessoas físicas. Temos, sim, de incentivar a imprensa crítica e fiscalizadora, as investigações isentas, o aprofundamento de todas as investigações, doa a quem doer, para que realmente haja o fim da impunidade e para que possamos aprovar no País uma ampla reforma política, a fim de termos controles sociais mais rigorosos para melhorar a qualidade da nossa representação política. Mas não está em jogo aqui a refundação da República.

Precisamos avançar com leis mais rigorosas no combate à corrupção, em todos os níveis, e com muito investimento. Quero saudar todos que foram às ruas. Precisamos cada vez mais de uma população crítica, consciente dos seus direitos, para que avancemos neste país.

Queria falar um pouquinho do meu trabalho e prestar contas do início desta nova legislatura.

Concedo um breve aparte ao deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo (em aparte) - Gostaria de dizer que não podemos temer, deputado Elismar, nenhum tipo de manifestação que seja democrática. Em Minas Gerais houve uma diferença fundamental nas manifestações. Vimos que as feitas em junho do ano passado foram duramente reprimidas, com enfrentamentos, com uma crise muito grande. Quero elogiar o governador Fernando Pimentel, porque a polícia, sob seu comando, agiu de outra forma. É importante dizer isso, porque houve somente manifestações pacíficas. Em Minas Gerais não houve nenhum confronto, a não ser quando alguns manifestantes quebraram o vidro de um ônibus. A polícia, no governo Fernando Pimentel, estava atenta e os baderneiros foram presos. Temos de ter claro que em qualquer democracia, independentemente do perfil dos participantes, é importante a manifestação.

Gostaria de lembrar uma coisa que ainda não disse, em função do discurso do deputado que falou pelo art. 164, o dólar não subiu somente no Brasil. Há duas décadas que a banda cambial registra que o euro está em 50%, 60%, e agora há paridade entre o dólar e o euro. Mais ainda, a queda das ações da Petrobras não é um problema somente da petrolífera. Essa é uma visão ingênua, de quem não sabe interpretar a realidade. No mundo inteiro, as ações das petrolíferas estão despencando, nos Estados Unidos, na Europa e no Oriente. Isso é sinal claro de que, pela queda, pela redução do preço, de que há um interesse muito claro dos países da Opep de que isso fosse cumprido. Acho que querer analisar o Brasil fora de um contexto mundial é uma ilusão.

Deputado, ao falar do seu trabalho, centrando-se em Minas Gerais, mas com a visão do Brasil, essas questões vão ser abordadas com toda certeza.

O deputado Elismar Prado - Obrigado, deputado Durval Ângelo. Ao final, concederei novos apartes, deputado Cristiano. Vou primeiramente falar um pouquinho da nossa prestação de contas.

Na última legislatura, estive à frente da Comissão de Cultura desta Casa, e com muita honra percorremos todo o Estado. O principal trabalho foi inserir Minas Gerais no Sistema Nacional de Cultura, porque até o momento o Estado estava fora desse processo. Conseguimos inserir Minas Gerais. Fizemos reuniões em todas as regiões do Estado. Agora estamos aguardando ansiosamente que o governo envie - já há uma minuta - o Plano Estadual de Política Cultural, que precisa da autorização legislativa desta Casa, para que a gente defina as diretrizes para a cultura.

Entregamos em Minas Gerais os primeiros cartões do Vale-Cultura ao trabalhador; discutimos muito a necessidade de fortalecer o fundo de política cultural, de aperfeiçoar a nossa Lei de Incentivo à Cultura. Fui o relator da nova Lei de Incentivo à Cultura. Tivemos um avanço, mas que ainda não é suficiente para que a gente tenha uma política estadual realmente de cultura, que abranja o interior do Estado e todas as suas regiões. Nesse relatório, inserimos novos setores que podem ser beneficiados com recursos estaduais pela Lei



de Incentivo à Cultura, como o patrimônio imaterial, o folclore, o artesanato, a gastronomia, a preservação e restauração do patrimônio material, arquitetônico, paisagístico e arqueológico, que podem apresentar seus projetos para requerer recursos provenientes da isenção fiscal da Lei de Incentivo à Cultura. Fizemos um relatório, reduzindo bastante as contrapartidas das empresas interessadas em patrocinar projetos culturais: das pequenas empresas, para 1%; das médias, para 3%; e a contrapartida das grandes, que antes era de 20% e agora é de apenas 5%.

Então, foi fundamental a nossa intervenção. Fizemos um grande debate nesta Casa com todos os setores culturais e lideranças de todo o Estado e apresentamos esse relatório.

Mas destaco que ainda é insuficiente, temos muitas distorções nesse sentido e é fundamental que continuemos a discussão da necessidade de fortalecer o Fundo Estadual de Política Cultural.

Quero aproveitar para parabenizar Rubens Reis, um dos nossos conselheiros do Conselho Estadual de Política Cultural, e o Tarcísio Manuvéi. Até pouco tempo não tínhamos em Minas Gerais um Conselho Estadual de Política Cultural, e conseguimos que Minas pudesse instituir o seu conselho, que congrega representantes de todos os segmentos, que tem uma atuação muito forte. Quero parabenizar todos os conselheiros.

Em fevereiro, realizamos em Uberlândia a X Semana da Cultura Popular, de 3 a 7 de fevereiro; e o III Seminário de Economia da Cultura. Quero parabenizar Tarcísio Manuvéi e Rubens Reis. Esse evento culminou com a apresentação da maior orquestra de violeiros do mundo, aliás com registro oficial no *Guinness Book*, pois batemos o recorde da maior orquestra de violeiros do mundo, e tive o prazer de participar tocando viola. Pude ver o trabalho dos nossos violeiros e professores, com a formação de muitas crianças. Acompanhamos esse processo do ensino da música, que é fundamental, e vamos continuar discutindo a lei que obriga toda rede de educação básica a inserir na grade curricular o ensino de música, uma lei da minha autoria quando deputado federal.

Agora, concluídos os trabalhos na Comissão de Cultura, iniciamos um novo trabalho na Comissão de Defesa do Consumidor, o que será um grande desafio. Ao mesmo tempo, estamos como titular na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que no ano passado fez um trabalho muito importante em defesa das nossas Apaes. O deputado Duarte Bechir, atual presidente da comissão, participou ativamente, assim como o deputado Bosco e a deputada Liza Prado, que teve atuação muito destacada. Visitamos Apaes em todas as regiões do Estado. Conseguimos manter as Apaes no Plano Nacional de Educação, e elas continuam recebendo recursos do governo federal para seu funcionamento. Isso é fundamental, porque elas dependem disso. Defendemos que o ensino regular adote a política de inclusão, mas que isso não diminua o papel e o reconhecimento do trabalho extraordinário que as Apaes realizam. Na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência vamos continuar defendendo todos os setores que tratam dos direitos da pessoa com deficiência, e, da mesma forma, vamos continuar a defender as nossas Apaes.

Na Comissão de Defesa do Consumidor vamos enfrentar muitos temas fundamentais para o Estado. Já recebemos inúmeros requerimentos e amanhã começaremos a aprovar os primeiros pedidos de audiência pública. Entre eles, um de minha autoria, para discutir a questão da tarifa de energia elétrica, prestação de serviços, qualidade de mercadoria, assim como a questão do serviço público.

É fundamental discutirmos a temática da energia elétrica porque, quando falamos em Cemig, temos de entender que ela não é do governo, mas do Estado. O problema não é só em Minas Gerais, mas temos ações fundamentais em Brasília. O deputado Weliton Prado aprovou na última quarta-feira, na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, requerimento dele e do deputado Chico Lopes para discutir em audiência pública a revisão tarifária extraordinária das concessionárias de distribuição de energia, o aumento dos novos valores das bandeiras tarifárias e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE -, proposta pela Aneel. O deputado Weliton Prado criticou novamente a atuação da Aneel, abusiva e muitas vezes ilegal, que tem causado prejuízos ao consumidor e garantido apenas os lucros bilionários das concessionárias. (- Lê:) “O consumidor está pagando por erros de gestões e omissões sérias da Aneel. Está pagando uma conta que não deveria e que precisa ser investigada. São inaceitáveis todos esses aumentos: em janeiro, houve o aumento ocasionado pelo início da cobrança da bandeira tarifária; menos de um mês depois, a Aneel inventou um aumento de mais de 80% no valor dessa bandeira tarifária; em seguida, realizou uma revisão extraordinária em que as tarifas foram elevadas com o aumento dos custos da CDE em quase 1.200%, jogando no bolso do consumidor de energia despesas de programas sociais, restos a pagar e indenizações de ativos das concessionárias que já foram pagos pelo consumidor nos últimos 50 anos ou que deveriam ser pagos pelo Tesouro Nacional; estamos agora com o processo de reajuste anual das tarifas da Cemig aberto, e a empresa já mandou o pedido de aumento; em Minas Gerais, o consumidor ainda paga o ICMS mais caro do País, levando-se em conta a cobrança por dentro de 42% para as residências.”

Resumindo essa questão fundamental, a audiência pública terá a participação da Comissão de Minas e Energia. Também foram solicitados estudos do Tribunal de Contas da União e uma investigação da atuação da Aneel nos processos que discutem a metodologia dos reajustes tarifários. Além disso, foi criada outra comissão especial para debater os efeitos da crise hídrica, mas agora não tenho tempo para discorrer de maneira detalhada sobre o requerimento. De qualquer forma, reitero que temos de defender o interesse público acima de tudo, indo além das diferenças políticas e partidárias, pois a população mais carente, o povo trabalhador não pode pagar essa conta. Reitero que é um serviço essencial à população, ratificado na Constituição Federal, e acho que precisamos, sim, enfrentar essa questão. Mas é preciso dizer que o governo passado teve 12 anos para dar uma resposta aos consumidores, e o que se viu nesse tempo foram muitos abusos, com aumentos sucessivos, vários acima da inflação. Em dois momentos, conseguimos provocar uma redução significativa, pois fizemos muitos movimentos aqui e temos vários processos em tramitação. Recentemente, conseguimos na justiça que o consumidor inadimplente não conste na lista de devedores do SPC e da Serasa. Essa foi uma vitória nossa, conquistada por uma representação junto ao Ministério Público. Mas quero dizer que vamos continuar acompanhando essas questões, que são de grande interesse da população.

Ainda não consegui fazer o balanço da nossa legislatura, mas quero ressaltar algumas leis sancionadas a partir de projetos de nossa autoria na última legislatura: a Lei nº 20.018, de 2012, pela qual as escolas vão acompanhar o cartão de vacinas das crianças, para que ele seja mantido em dia, pensando ainda em se evitar a evasão escolar; a Lei nº 20.623, de 2013, que altera a Política Estadual do



Livro, estimulando a instalação e a ampliação de bibliotecas escolares; a Lei nº 20.804, de 2013, com novas obrigações para o Detran, que dispõe sobre o fim da diária e do custo do reboque de carros roubados recuperados e sobre a obrigatoriedade de notificação aos motoristas da localização dos veículos apreendidos; a Lei nº 20.803, de 2013, que obriga os bancos e as operadoras de cartão de crédito a emitir documentos em braile e instalar em suas sedes equipamentos de informática adequados ao atendimento de deficientes visuais; e a Lei nº 19.975, de 2011, que dispõe sobre a renegociação das dívidas de municípios com o Ipsemg, que, a partir dessa lei, poderá receber R\$300.000.000,00 e melhorar o atendimento aos nossos servidores.

Para concluir, também é de nossa autoria a lei que trata de uma questão muito séria, para a qual pedimos o apoio de todos os pares nesta Casa: a Lei nº 20.827, de 2013, que institui o Dia Estadual de Combate ao Crack, a ser comemorado anualmente no dia 26 de junho, prevendo ações a serem promovidas em locais públicos, como eventos, debates, palestras de conscientização, enfim, uma série de atividades para que possamos fortalecer nossa luta em combate ao *crack*.

Por ora é só, presidente. Posteriormente retornaremos à tribuna para falar um pouco mais sobre o nosso trabalho. Obrigado.

O deputado Leonídio Bouças* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ontem houve reunião da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, a qual tenho a honra de presidir. Antes de entrar na questão, primeiramente eu queria esclarecer aos senhores deputados e às senhoras deputadas que a comissão realizou a sua 3ª Reunião Ordinária e que nós já designamos mais de 500 relatores para projetos de autoria dos senhores deputados e das senhoras deputadas. E, já a partir da semana que vem, teremos na comissão votação de pareceres, o que fará esses projetos serem liberados para as demais comissões.

Na verdade, deputado João Leite, houve apenas três reuniões. A primeira foi para a eleição de presidente e de vice-presidente. Na outra reunião, nós designamos relatores. E havia também certa mudança em uma ação, numa decisão da Mesa da Assembleia, que mudou o processo sobre o desarquivamento de projetos anteriormente já considerados inconstitucionais pela Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, a comissão está em pleno andamento, com reuniões normais, e estamos já apreciando vários projetos que, a partir da semana que vem, serão encaminhados a outras comissões.

O que mais nos chamou a atenção, na reunião de ontem, foi que, nessa oportunidade, o deputado Carlos Pimenta apresentou sugestão para discutirmos e apresentarmos propostas a fim de que o Poder Judiciário tivesse um andamento mais célere; que nós pudessemos contribuir com ele. Ali foram abordadas outras questões, como a importância do nosso Ministério Público e a oportunidade de apresentarmos sugestões e discutirmos o funcionamento como legítimos representantes da população de Minas Gerais. Enquanto discutíamos tal questão, ontem mesmo, nessa oportunidade, chamei a atenção para essas manifestações que têm ocorrido nas ruas.

Não resta dúvida nenhuma de que paira no Brasil um sentimento de insatisfação geral, a insatisfação que alguns imaginam que seja apenas voltada para a classe política, para os parlamentos, ou seja, para deputados estaduais e federais, ou o Poder Executivo, principalmente quando estamos falando de presidente da República. Mas o que eu noto, e é algo que me deixa inquieto há bastante tempo, é que estamos vivendo uma insatisfação geral. Trata-se de uma insatisfação que já correu em alguns lugares, como na Espanha, antes de se fazer ali o Pacto de Moncloa. Vários países não conseguiram encontrar uma alternativa viável e caminharam para situações muito ruins. Vejam a nossa vizinha Venezuela, o que ela está vivendo com alguns prefeitos de cidades, como a própria capital, Caracas, presos, e isso num país que se diz ser uma democracia.

Então estamos vivendo momentos preocupantes. É o momento em que o Parlamento, de forma geral... É claro que, como a questão é nacional, todos temos de estar chamando a atenção para o Parlamento nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, a fim de que sejam discutidas realmente maneiras de se achar um pacto para que o Brasil caminhe de maneira melhor.

Ontem, em Minas Gerais, uma pessoa me disse: mas eu via, no passado, alguns deputados, da tribuna, chamando a atenção do governo Aécio Neves, do governo estadual comandado pelo ex-governador Anastasia; e outros, defendendo o governo do presidente Lula, da presidente Dilma. Agora estamos vendo uma inversão no Plenário da Assembleia, mas na verdade fica só nisto: ataque a um determinado governo e defesa de outro. A sociedade está clamando por algo mais. A sociedade mineira e brasileira se encontra inquieta, porque está insatisfeita, mas insatisfeita com todos os órgãos públicos.

Ouvi o secretário de Meio Ambiente dizer que há mais de 7 mil licenças ambientais aguardando parecer, ou seja, pessoas querendo empreender, mas não conseguem porque o poder público não é um facilitador e está atrapalhando o andamento da Nação. Vejo pequenos empreendedores dizerem que, num dia, ocorre a fiscalização da Receita Federal; nos outros dias, da Receita Estadual, da Receita Municipal, da Vigilância Sanitária, do Ministério Público e não sei mais do quê, e que não tem jeito de ninguém trabalhar e empreender neste país. É necessária a fiscalização? É claro que sim, mas temos de ter as pessoas e o poder público como orientadores, porque o Brasil está caminhando para essa insatisfação geral. Quem está ocupando o poder público não está encontrando, ajudando nem direcionando as pessoas para as soluções, mas sim apresentando problemas, problemas e mais problemas.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* - Deputado Leonídio Bouças, obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentá-lo pelo trabalho que vem desempenhando como presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Tenho a alegria de compartilhar com V. Exa. os trabalhos daquele espaço.

Deputado Leonídio, quero corroborar com as suas falas em relação ao momento que vivemos. Aqui tem de ser feita uma distinção porque dá a sensação de que a história do nosso governo, do qual o PMDB foi um importante parceiro - e tem sido -, teve início há quase três meses, no começo do segundo mandato da presidenta Dilma. Além disso, de que a história do PT no nosso país se iniciou há quase três meses. Precisamos lembrar, deputado Leonídio, de fazer uma distinção de resultados e do que anseia a população hoje. Mais do que nunca a população, sim, quer medidas mais duras contra a corrupção, quer investigação, apuração e a condenação de todos aqueles que comprovadamente forem culpados. Acredito que não é só no escândalo da Petrobras, mas também no “trensão” tucano de São Paulo e na morosidade do processo do julgamento do mensalão tucano mineiro. Quer dizer, se for para partir de um princípio e de uma postura de coerência, a parte da população que foi às ruas para pedir medidas mais duras, investigação e punição, está correta. Há uma parte que não, que foi às ruas, oportunamente, para pedir o *impeachment* da presidenta Dilma. Sabemos



realmente quem são esses e quais os seus interesses. Até hoje eles ainda não souberam absorver a derrota que tiveram nas urnas no ano passado.

O PT, deputado, com a colaboração dos partidos aliados, em que o PMDB foi importante, é o partido que tirou o nosso país do caos. E não é esse, segundo querem dizer aqui, que está trazendo o Brasil para o caos.

É o partido que entregou quase 4 milhões de moradias no Minha Casa Minha Vida; é o partido que tirou mais de 30 milhões de brasileiros da linha da miséria; é o partido que colocou médicos e mais médicos no interior do nosso Brasil; é o partido que gerou e bateu recordes de empregos; é o partido que sempre lutou ao lado dos movimentos sociais. Temos problemas e queremos fora dos nossos quadros os indivíduos que minoritariamente forem comprovados culpados por atos ilícitos, assim como acontece em todas as agremiações partidárias.

Obrigado, deputado Leonídio Bouças.

O deputado Leonídio Bouças* - Agradeço o aparte que concedi ao deputado Cristiano Silveira e gostaria de dizer que realmente é isso que o Brasil espera. Nós, que somos representantes da população, temos de ter uma visão clara. Não tenho dúvida de que tivemos grandes avanços, tanto em um governo como no outro, mas, para quem não sabe, tivemos no Brasil uma melhora de 2003 para cá, sim. Houve melhora geral nas condições de vida da população. Não é à toa que a população tem estado ao lado desse projeto de governo, embora não concorde com várias coisas que estão acontecendo. Mas aqui em Minas Gerais a população também mostrou que estava insatisfeita. Houve até um candidato à presidência, Aécio Neves, que ganhou disparadamente em São Paulo e em outros estados, mas aqui em Minas Gerais não ganhou. Será por quê? Provavelmente porque a população sentiu no ar que não estava satisfeita com aquele modelo.

Então temos de ser claros e não só ficar apontando culpados. O povo espera que apontemos soluções. Deputado Bonifácio Mourão, a quem vou conceder aparte e logo depois a Wander Borges, queria dizer que é por isso que estamos dispostos, sem medo, sem dúvida alguma, de maneira transparente, a discutir com as nossas instituições e apontar caminhos para que o Brasil realmente encontre dias melhores.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* - Deputado Leonídio Bouças, também tenho a honra de participar da Comissão de Justiça, tão bem presidida por V. Exa. Agora, em relação ao conteúdo do discurso de V. Exa., peço vênica para discordar, até porque a discordância faz parte de uma boa democracia.

Quero me basear na matéria divulgada hoje na Rede Globo de Televisão, da pesquisa do Datafolha. A presidenta Dilma Rousseff, de acordo com essa pesquisa, está com apenas 13% de aprovação, ou seja, ela despencou completamente. Aliás, o número 13 é simbólico, número de um partido determinado. Sessenta e três por cento da população acha o governo dela ruim ou péssimo e 24% considera regular. Então, o movimento no último domingo, dia 15, não foi generalizado. Pelo menos 87% da população - para ser coerente com a pesquisa - foi contra o governo dela. Contra por quê? Porque a inflação está subindo cada vez mais. Antes da Dilma, 5,7%, e agora, 7,7%. O valor das ações da Petrobras era em torno de R\$30,00; hoje R\$8,00. O dólar era em torno de R\$1,50; agora são R\$3,50. Todos estão vendo que Dilma Rousseff está desgovernando o País. O povo está completamente inconformado.

Na verdade, foi uma manifestação pacífica. Quando V. Exa. fala que se trata de inconformismo generalizado, pode até ser uma parte de 13%; mas, para ser coerente com a pesquisa, 87% foi contra o sistema de governo de Dilma Rousseff no País. Não temos a menor dúvida, isso está claro. Vamos de acordo com os números. São esses os números aprovados.

Para terminar, gostaria de dizer que, quando falam 13%, pensamos que o PT tem um prestígio um pouco acima dessa porcentagem, então, o que está acontecendo? Os próprios petistas estão contra Dilma Rousseff ou ela está caindo mais que o partido?

O deputado Leonídio Bouças* - Sr. Presidente, mas é preciso esclarecer que, numa democracia, a população se mostra insatisfeita e faz manifestações de maneira correta, se as manifestações são pacíficas, se não descambam para aquelas manifestações de junho de 2013, quando vivemos um momento terrível no Brasil. Quando elas são pacíficas, vêm mostrar ao governo uma insatisfação, para que ele corrija rumos, tome providências. O que não se pode é, a cada momento difícil, gritar palavras de ordem que venham a incendiar o País. No governo de Minas, por exemplo, ouvi do próprio governador Fernando Pimentel sua grande preocupação com essa questão. Ele disse que até seria necessário fazer um grande mutirão para resolver questões envolvendo, por exemplo, os licenciamentos ambientais. Que era preciso chamar todos os órgãos envolvidos. Então, existe vontade de resolver os problemas. Mas não resolveremos os problemas...

Eu gostaria que aqui empunhássemos a bandeira de um pacto: um pacto por Minas Gerais, um pacto pelo Brasil, um pacto para apresentarmos medidas que venham realmente ao encontro dos anseios da nossa população.

É isso, presidente. Usarei desta tribuna mais algumas vezes porque não quero descansar enquanto não procurarmos mudar o nosso comportamento no tocante a apresentar realmente novas ideias para Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Wilson Batista* - Boa tarde a todos. Gostaria também de agradecer a presença das pessoas que nos acompanham nesta tarde na Assembleia e a todos os espectadores da TV Assembleia. Nosso pronunciamento hoje será dividido em duas etapas. Uma etapa é que, neste momento, na Assembleia Legislativa, estamos caminhando com um raciocínio que às vezes tem atrapalhado muito nosso trabalho. Essa tentativa de dividir a sociedade em duas classes está se tornando cansativa na Assembleia. É uma tentativa ilusória, preconceituosa e que, infelizmente, não contribui em nada para o nosso papel no Parlamento mineiro. Dividir hoje a sociedade em duas classes - classe de pessoas ricas, classe de pessoas pobres -, partidos políticos, não proporciona o avanço que esperamos. Estamos vivendo, há 30 anos, numa democracia no Brasil; e estamos assistindo, a cada dia, ao corpo político adoecendo. Vejo que, após esses 30 anos de democracia no Brasil, o corpo político brasileiro está cada vez mais doente. É necessário fazermos um *check-up* urgente dessa situação, porque, cada dia mais, a doença se agrava, pois não temos o diagnóstico preciso e sequer o remédio ideal para ela, que avança.

Todos nós sabemos que a principal preocupação do brasileiro e da sociedade é a corrupção. Estamos assistindo a essas manifestações, que acontecem a cada 10 anos, porque não são frequentes. No entanto, quando elas acontecem, os pacotes para



reverter a situação não têm eficácia nenhuma, não têm nenhum poder de solução para a atual corrupção no Brasil. Todos nós estamos cientes de que o pacote anticorrupção que virá será um pacote para inglês ver.

Assistimos a isso em 2005, no auge do mensalão, quando o Lula propôs a reforma política. Ele se reelegeu, e nada foi feito. Em 2010, houve uma nova eleição e outra proposta de reforma política, mas nada foi feito. Em 2013, após aquelas manifestações, vieram pacotes anticorrupção, pacotes de crescimento, medidas impopulares, redução de energia, medidas eleitoreiras. Ele se reelegeu, e nada foi feito. Agora estamos convivendo novamente com essas manifestações e esperamos uma medida, um remédio que realmente recupere a saúde e o corpo político do nosso país. Todos nós sabemos o verdadeiro fator corruptor no Brasil hoje e o remédio para eliminar essa corrupção. Mas vocês verão que, de tudo que será dito nos próximos meses, nada terá resultado no combate à corrupção.

Meu caro deputado Dilzon Melo, V. Exa. sabe muito bem onde está a principal consequência, a principal causa da nossa corrupção hoje. São os cargos, as pessoas indicadas pelo governo na Petrobras, na Eletrobras, em todas essas instituições, porque, quando se indica um diretor para uma empresa desse tipo, você obtém o apoio político para governar, dá uma força política às pessoas indicadas para que busquem recursos dentro da legalidade, recursos até mesmo num caixa legalizado e no caixa dois para o financiamento de campanhas eleitorais.

Então hoje a principal ferramenta para combater a corrupção é impedir que o governo indique pessoas para os cargos das principais empresas estatais do Brasil. Aí, sim, estaremos combatendo verdadeiramente a corrupção, porque é ali que começa todo o troca-troca entre partidos e governo. O governo cede um cargo a um partido para ter um aliado em seu governo, permitindo que essa corrupção que assola o Brasil, há dezenas de anos, se perpetue em nosso país.

É essa hoje a grande insatisfação do povo brasileiro. O governo hoje está isolado no Brasil. É um governo que sequer pode governar, que sequer pode enfrentar as dificuldades pelas quais os brasileiros estão passando. Ouço discursos nesta Casa sobre políticos desesperados. Não vejo nenhum político desesperado no Brasil nem em Minas Gerais. Quem está desesperado hoje é o povo que não tem um serviço de saúde de qualidade; é o povo que hoje está desesperado nos corredores da morte nos hospitais; é o povo hoje que está desesperado por causa da inflação. Estão desesperadas as famílias que têm dependentes químicos em casa.

Ouçõ discussões aqui sobre pessoas que escolhem morar nas ruas em péssimas condições de higiene, sem alimentação, sem um lugar adequado para dormir. Dizem que essa escolha é consequência simplesmente da dependência química. Não é consequência somente da dependência química. É consequência das mazelas sociais com as quais o brasileiro hoje está convivendo. É consequência dessas distorções que vemos pelo Brasil afora, em que as pessoas, os jovens não têm oportunidades. Sessenta e sete por cento dos alunos hoje estão abaixo da linha de aprendizagem mínima. Apenas 12% deles concluem o ensino superior. Esse é o país que temos hoje. É um corpo político doente. Os problemas sociais deste país a cada dia se agravam mais. Nenhuma das medidas tomadas deu resultado.

Em Brasília, políticos sobem à tribuna, das quais descem após discursos eloquentes, e nada acontece depois disso. Em Minas Gerais, temos de debater propostas. Não devemos condenar governos que estão se iniciando. Não estamos aqui para torcer para que o futuro de Minas Gerais seja um dos piores. Temos, sim, de dar possibilidades para que haja um governo decente, transparente, coerente e que traga resultados para Minas Gerais. O povo mineiro, o povo brasileiro não tem convivido com o crescimento que todos esperamos.

O deputado Wander Borges (em aparte)* - Deputado Doutor Wilson Batista, quero parabenizá-lo, assim como fazer uma referência ao deputado que o antecedeu. Refiro-me ao discurso do deputado Leonídio Bouças. V. Exa. está na mesma linha. Chegamos à conclusão de que, infelizmente, o Brasil mentiu para o Brasil. Chegamos à conclusão de que aqueles que governam devem ter humildade suficiente para entender que há equívocos, que há erros. Não adianta ficarem aqui fazendo defesa prévia de governo A, de governo B, ou dizendo "nosso governo foi assim", "nosso governo é aquilo". Temos uma crise de valores, de identidade. Precisaremos, deputado Mourão, reinventar o ser humano. E, ao reinventá-lo, colocar nele princípios éticos e morais.

Infelizmente, essas coisas acontecem em nosso país. Esse povo que foi para as ruas não está dividido entre pobres e ricos. Vi lá muita gente que conheço, de diversas classes sociais. O povo brasileiro está indignado, sobretudo com a classe política brasileira. Está indignado com as entidades, com as autarquias, com as economias mistas, com as fundações. O povo brasileiro está indignado com tudo que construímos nos últimos anos. Precisamos fazer uma grande reflexão. Temos de ter juízo para equilibrar. Como V. Exa. tem colocado, quais são os novos caminhos? A cada momento que um trabalhador vai a um supermercado, seu dinheiro não vale mais nada, porque foi corroído pela inflação.

O custo de vida está muito alto. As pessoas não vão aguentar o que está aí. Se não tivermos juízo, se o Brasil não tiver juízo, haverá, com certeza, uma revolta, infinitamente maior que tudo que vimos. No domingo passado, vimos uma manifestação pacífica, ordeira, serena, que nos deu uma lição. O povo brasileiro quis nos mostrar que não concorda com o que está aí. Muda, Brasil!

Parabéns, deputado Wilson.

O deputado Doutor Wilson Batista* - É isso que esperamos, Wander Borges. Parece um absurdo tudo isso que vivemos no Brasil, mas nada é chocante, porque a população brasileira, infelizmente, acostuma-se com tudo. Não podemos nos acostumar, deputado Alencar da Silveira, com esses desmandos, com esses desgovernos que existem por aí. Precisamos, sim, trazer para esta Casa propostas e debates, que venham ao encontro dos anseios da população.

Fizemos aqui, no mandato passado, uma lei de nossa iniciativa, que hoje está servindo a milhares de mineiros, que é a lei de prevenção ao câncer no Estado de Minas Gerais, e o enfrentamento ao câncer está sendo feito através das unidades móveis. Hoje o Estado conta com 12 carretas adaptadas com os principais exames ligados ao diagnóstico do câncer, que são realizados em todos os municípios de Minas Gerais. Eu, como médico, faço meu ambulatório todas as segundas-feiras e sempre vejo a carreta em determinado município, próximo ao Hospital do Câncer de Muriaé. Na segunda-feira, os pacientes chegam em nosso consultório com exames, já realizados nessas unidades móveis, que diagnosticam doenças no estágio inicial, o que possibilita a eles uma cura completa. Pacientes me relatam: "Wilson, só fiz esse exame porque minha vizinha passou lá em casa e me chamou para ir até uma unidade móvel realizar exames. Encontrei uma doença no estágio inicial e posso ser curada sem os tratamentos agressivos do câncer".



Essas unidades móveis são fruto de uma lei nossa, construída nesta Casa com vocês. Hoje elas estão ajudando milhares de pessoas em Minas Gerais. Temos, sim, possibilidade de fazer um trabalho muito gratificante para aquelas pessoas que confiaram em nosso histórico de luta e que hoje podem contar com nosso poder de representação nesta Casa. Podemos ajudar, sim, as pessoas a enfrentar seus desafios, trazendo a elas dias melhores, com mais liberdade, com mais felicidade e com mais igualdade. É isso que o povo espera.

Não podemos perpetuar nesta Casa discussões que não trazem nenhum resultado importante para o povo, como condenar o governo, condenar as pessoas e discutir projetos individuais de políticos. Temos, sim, de trazer para esta Casa uma discussão ampla, principalmente focada nessas dificuldades sociais.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2015****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 18/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/4/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de seguro total para veículos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 23 de março de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 11/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 9/4/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para aquisição de materiais para serralheria.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 23 de março de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 18/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Florescer Paisagismo e Meio Ambiente Ltda. Objeto: execução de serviço de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica do sistema de irrigação automatizada das áreas verdes do entorno do Palácio da Inconfidência e serviços de jardinagens com fornecimento de defensivos, adubos, terra e espécies vegetais. Objeto do aditamento: prorrogação em caráter excepcional do Contrato nº 239/2009, com manutenção de preço. Vigência: até que se conclua o procedimento licitatório para contratação do serviço objeto deste ajuste, respeitado o limite máximo de 180 dias, contados a partir de 1º/2/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 25/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elite Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de atendimento telefônico e *telemarketing* receptivo e ativo. Objeto do aditamento: segunda prorrogação. Vigência: de 2/4/2015 a 1º/4/2016. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2009-3.3.90-10.1.